



2007

2008

2009

A Administração da **Vivo Participações S.A. (Vivo Part)**, empresa que compõe os ativos da *Joint Venture* entre a Telefônica e a Portugal Telecom, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

Mensagem do Presidente

Vivo é líder em mercado, cobertura, qualidade no País

Ao final de 2007, 121 milhões de brasileiros já faziam da telefonia celular se não a única, certamente a sua principal forma de comunicação. Esta constatação é mais vigorosa ainda quando aliada a outro dado: em 2007, o país atingiu a marca de 21 milhões de novos usuários deste serviço. Se ao longo da formação deste novo setor a missão era simplesmente crescer, o patamar atual exige que adicionemos ao nosso mantra palavras como consistência, sustentabilidade e, principalmente, confiança. Por isso, no início de 2007, quando promovemos o reposicionamento da marca Vivo ao adotar a assinatura “Sinal de qualidade”, tínhamos consciência de que tratávamos de algo maior do que comunicação e publicidade. Era um compromisso que assumíamos com nossos diversos *stakeholders* - os clientes, colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades entre outros. Uma espécie de contrato que vem sendo rigorosamente cumprido, conforme demonstram os resultados, que apontam para um crescimento consistente e sustentável da Vivo. Chegamos ao final do ano com 33,5 milhões de usuários em nossa base. Apenas no quarto trimestre, registramos adição líquida de 2,1 milhões de clientes. E a confiança que eles depositam na qualidade dos serviços que prestamos aumenta em ritmo semelhante. A constatação desta confiança nos foi confirmada no final do ano, com os resultados do estudo periódico que realizamos com o auxílio de um dos maiores institutos de pesquisa do mundo. O índice de satisfação geral dos clientes não apenas manteve-se em curva ascendente, como atingiu o mais alto patamar entre todas as grandes operadoras do mercado (8,41 pontos de dez possíveis). Ainda que a satisfação geral dos clientes envolva pontos intangíveis, como a atratividade da marca, indicadores absolutamente tangíveis avalizam a preferência pela Vivo: os avanços registrados no **ARPU**, a receita média por usuário, que ultrapassou 31 reais; no **MOU**, tempo de utilização média dos serviços por parte de nossos clientes (3,9% maior no trimestre); a receita de Serviços de Valor Agregado (os **SVAs**), que obteve crescimento de mais de 63% na comparação entre o 4T07 com o 4T06 e, principalmente, em **churn**, que consistentemente foi reduzido em 2007 até chegar ao patamar de 2,1%, o menor entre as principais operadoras. Outro dado corrobora este conjunto de afirmativas e nos estimula a continuar investindo na qualidade da prestação de serviços: a queda significativa no número de reclamações dos consumidores junto a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. A Vivo subiu de sexto para segundo lugar no ranking das empresas com os menores índices de reclamações. À essas conquistas soma-se o fato de mantermos a liderança do mercado nacional, mesmo considerando nossa atuação comercial apenas na área autorizada até o final de 2007 (19 estados mais o DF), - com 27,7% de participação. Em 2008, a Vivo terá operação de venda de linhas e aparelhos em todo o Brasil. O resultado apresentado no 4T07 reflete o crescimento das receitas não apenas pelo substancial aumento do parque, mas também pelo rígido controle dos custos. Administrar a intensa atividade comercial com a garantia de resultados em linha com as expectativas dos acionistas foi fruto da perfeita integração da diretoria executiva e das equipes de colaboradores. Não é demais relembrar que, em dezembro, a Vivo repetiu o sucesso da campanha do Dia das Mães liderando o *share* de ganho líquido do mercado. Foi o foco das equipes na busca de resultados em 2007 que garantiu a Vivo alguns dos principais indicadores do ano: o **Ebitda** alcançou R\$ 3.132,8 milhões, um avanço de 20,7% no longo do ano passado, com **margin Ebitda** de 25,1%. Merece destaque também o avanço de 12,8% nas receitas líquidas, totalizando R\$ 2.986,4 milhões no 4T07. A sintonia da administração financeira com as necessidades de investimento do negócio garantiu, por sua vez, a redução da dívida líquida em 27,4%, fechando o ano em R\$ 2.579,3 milhões. Dessa integração também resultou o excelente indicador de redução das perdas com vendas duvidosas (PDD). Para coroar um ano de grandes esforços e bons resultados, a Vivo obteve lucro líquido de R\$ 28,3 milhões no 4T07, aumento de 543,2% em relação ao trimestre anterior.

O Sinal de qualidade para todos os brasileiros

Os resultados de 2007 foram extraídos porque soubemos dar cabo a uma agenda desafiadora, que exigiu da Vivo o ataque a projetos estruturais com apetite esperado de quem ocupa a posição de liderança no mercado de telecomunicações móveis. Iniciamos todo o movimento, concluindo a primeira etapa da instalação da rede GSM, hoje presente em 2.318 municípios e já representando 11,2 milhões dos clientes da Vivo. Outro passo fundamental para o cumprimento de nossa estratégia de levar o “Sinal de qualidade” para todos os brasileiros foi a aquisição do controle acionário da Telemig Celular, que atua no terceiro principal Estado da federação, Minas Gerais, e é referência de qualidade na prestação de serviços e no relacionamento com comunidades.

A entrada da Vivo nos seis estados em que ainda não atua na Região Nordeste se tornou viável pela aquisição de licença e frequências de 1,9 GHz. Isso permite agora a operação comercial da Vivo nos mercados de Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Por fim, em dezembro, adquirimos os lotes da Faixa 3 do leilão de frequências de 3G, o que nos permitirá ofertar os serviços de terceira geração em todo o País com a tecnologia WCDMA.

Produtos e serviços: outro “Sinal de qualidade”

Mantivemos nossa plataforma de desenho de produtos e preços que combina simplicidade e liberdade de escolha. Este modelo foi implantado em 2006 com os planos de tarifas **Vivo Escolha** (que hoje permeiam 70% da base de clientes pós) e que, em 2007, foi considerado como o plano mais econômico do mercado.

Para o público mais orientado às inovações tecnológicas, o lançamento do Vivo Flash, que permite a conexão *wireless* à Internet banda larga através de nossa rede de 3G já em operação na plataforma EV-DO desde 2004, o Telefone Residencial e a oferta de aparelhos exclusivos, como o BlackBerry Curve e os conteúdos embarcados como músicas e cliques de Ivette Sangalo, deram literalmente o tom ao mercado. Ivette Sangalo, inclusive, ganhou o primeiro disco de platina da história da música brasileira pela quantidade de downloads completos de suas músicas através da Vivo.

Para cada movimento externo, um outro interno teve o mesmo cuidado e atenção. Lançamos o Vivo Nota 10, de busca de excelência no atendimento nas lojas próprias, e o Vivo Para o Cliente, programa premiado com o TOP de RH da ADVB, em que os executivos vivem a experiência do contato direto com os clientes como atendentes nas lojas, no segmento corporativo e no atendimento nos *call centers*, identificando pontos críticos e sugerindo melhorias.

O Sinal da Confiança

O desempenho em 2007 está atrelado especialmente ao comprometimento da equipe, qualificada e motivada. Na Pesquisa de Satisfação Interna realizada com os colaboradores anualmente, veio mais uma conquista de 2007: alcançamos o grau de excelência, com índice de 7,67 de satisfação geral, já acima da média no painel das 42 corporações nacionais e internacionais avaliadas pela mesma consultoria. Os mais de 5 mil profissionais da Vivo foram responsáveis pelas ações que nós levamos a retomar a credibilidade e a confiança de nossos acionistas, clientes e parceiros. O alinhamento de todos à estratégia corporativa revela que nossa comunicação está sendo eficiente e nossos objetivos assimilados. Esse fato está diretamente vinculado ao estímulo a uma maior participação nas decisões e nos rumos da Empresa por intermédio da adoção do *Balanced Scorecard* como ferramenta de gestão, que direciona para o alcance das metas de forma clara e transparente e orienta a remuneração variável das equipes.

Sinal de Reputação Corporativa

Gientes de que nosso compromisso com a sociedade vai além das ações relacionadas aos serviços, também aprimoramos as ações socioambientais. O programa de reciclagem de celulares, pioneiro e ainda inédito no País, é um importante agente para minimizar os impactos ao meio ambiente. Internamente, desenvolvemos ações para reduzir o consumo dos recursos naturais não-renováveis. Os projetos sociais contemplaram a inclusão de pessoas com deficiências, especialmente visuais, objetivo que já era perseguido há alguns anos pelos colaboradores por intermédio do programa Vivo Voluntário. Este foi o principal foco de atuação do Instituto Vivo, que culminou com o lançamento do Livro Vivo, que de maneira totalmente inclusiva, apresenta os resultados da pesquisa conduzida pelo Instituto e pela GfK Indicator, feita para conhecer e compreender a relação do jovem deficiente visual com o trabalho, a escola, o mundo emfim. Além disso, estruturamos uma consultoria interna, para criar e desenvolver projetos, que atua em todas as áreas da Companhia identificando oportunidades de contribuir com a sociedade. São vários os frutos desse trabalho: a transcrição de importantes documentos sociais para o Braille e áudio-livro, como o Código de Defesa do Consumidor e a Carta da Terra, a audiodescrição de filmes e peças de teatro, os testes de acessibilidade dos terminais, a adaptação do site para uso dos deficientes e a realização de exposições de arte totalmente inclusivas.

O Sinal da Transparência

Em governança corporativa, revisamos e introduzimos sistemas de controle e adotamos as medidas necessárias para o alinhamento à Lei Sarbanes Oxley. O respeito ao orçamento e à entrega dos resultados também evidenciaram a competência técnica e gerencial dos nossos administradores, o que resultou em aumento de confiança dos acionistas em nosso trabalho. A força das empresas controladoras também contribuiu para melhorarmos em todas as áreas, já que Telefônica e Portugal Telecom nos proporcionam contato permanente com as melhores práticas de mercado, além de economia de escala, como na aquisição de terminais telefônicos e negociação com fornecedores globais da indústria. Diante de tantas realizações e êxitos, estamos otimistas para enfrentar os próximos desafios, como a portabilidade, o ingresso em novos mercados e os decorrentes do novo regulamento do SMP. Nosso compromisso com a qualidade é permanente e, por isso, continuaremos buscando formas de materializá-la. Assim, seremos dignos da confiança que colaboradores, investidores, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade depositam em nós. A todos, fica o agradecimento e o convite para continuarmos a construir, juntos, as condições para o alcance de resultados ainda melhores.

1 - Conjuntura Política e Econômica

Em 2007, as contas externas do Brasil registraram novos avanços em relação ao ano anterior. Os fluxos financeiros ao país aumentaram significativamente, com investimentos estrangeiros diretos estimados em US\$ 36 bilhões e investimentos em carteira (bônus de longo prazo e ações de companhias brasileiras) de aproximadamente US\$ 34,5 bilhões, ambos records históricos. A balança comercial manteve-se robusta, registrando superávit de US\$ 40 bilhões. Esses bons resultados garantiram o acréscimo de US\$ 95 bilhões às reservas internacionais, que atingiram o patamar de US\$ 181 bilhões. Isso fortaleceu a capacidade da economia brasileira para enfrentar a volatilidade do mercado financeiro internacional. Esse aprofundamento da política monetária imprimiu maior vigor à atividade econômica. No mercado de trabalho, esse reflexo do crescimento das exportações e da acumulação de reservas internacionais, os indicadores de solvência externa continuaram melhorando, o que possibilitou redução adicional do risco-Brasil. O *Embi+*, que havia encerrado o ano de 2006 em 192 pontos-base, caiu durante todo o primeiro semestre de 2007 e chegou a 139 pontos-base, o nível mais baixo desde o início da série em 1994. Entretanto, voltou a elevar-se durante o segundo semestre por conta do aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, encerrando 2007 em 221 pontos-base. Ao longo do ano, as três principais agências internacionais de classificação de risco (*Moody's*, *S&P* e *Fitch*) elevaram a nota do Brasil, que agora se encontra apenas um nível abaixo do grau de investimento.

Com o fortalecimento do setor externo e a queda do risco-país, a moeda brasileira manteve a trajetória de valorização observada desde 2004. A taxa de câmbio média de 2007 foi de R\$/US\$ 1,95, contra R\$/US\$ 2,18 do ano de 2006. Ou seja, em termos nominais, a moeda brasileira valorizou-se 10,5%, o que beneficiou a inflação ao consumidor, ao reduzir o valor dos produtos importados e estimular as importações. Desse modo, foi possível não somente reduzir os custos dos insumos e bens de capital para a indústria, como também complementar a oferta nacional de bens de consumo, evitando o surgimento de pressões inflacionárias decorrentes da expansão da demanda agregada. O IPCA aumentou 4,46% no ano de 2007, variação próxima à meta central perseguida pelo Banco Central, de 4,50%. Essa variação foi superior à registrada em 2006, de 3,14%, em razão da maior elevação dos preços de alimentos, refletindo a pressão do mercado internacional de *commodities* iniciada no segundo semestre de 2007.

A evolução favorável da inflação possibilitou ao Banco Central continuar a redução da taxa básica de juros interna no segundo semestre de 2004. Em 2007, a taxa Selic foi reduzida em 200 pontos-base, encerrando o período no patamar de 11,25% ao ano.

Esse aprofundamento da política monetária imprimiu maior vigor à atividade econômica. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego encerrou 2007 em 7,4%, frente a 8,4% em final de 2006. O rendimento médio dos trabalhadores apresentou aumento real de 3,2% em 2007, refletindo não somente a geração mais intensa de postos de trabalho, mas também a formalização dos já existentes. A massa de salários cresceu 6,3% reais nesta mesma comparação. As vendas no varejo, que apresentam trajetória ascendente desde meados de 2003, aumentaram 9,7% nos 11 primeiros meses de 2007, frente à igual período em 2006. Cabe também destacar o estímulo dado pela expansão do crédito, cuja participação no PIB saltou de 30,7% ao final de 2006 para 34,6% ao final de 2007.

A demanda interna também tem sido impulsionada pela evolução positiva da distribuição de renda do país, que, de acordo com dados do IBGE, apresentou melhora pelo oitavo ano consecutivo em 2006. A renda das classes mais pobres tem registrado aumentos reais proporcionalmente maiores do que a das classes mais ricas. Cabe comentar que, nos segmentos de menor nível econômico, é maior a elasticidade da demanda por telefonia às elevações no nível de renda.

Todos esses elementos explicam o dinamismo econômico do país. No terceiro trimestre de 2007, o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu 5,7% em relação ao terceiro trimestre de 2006. O aumento de consumo das famílias foi ainda mais intenso - com variação de 6,03% - o que se refletiu na expansão do setor de serviços. No terceiro trimestre de 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços registrou evolução de 4,8% frente ao mesmo período de 2006.

Mercado Celular no Mundo

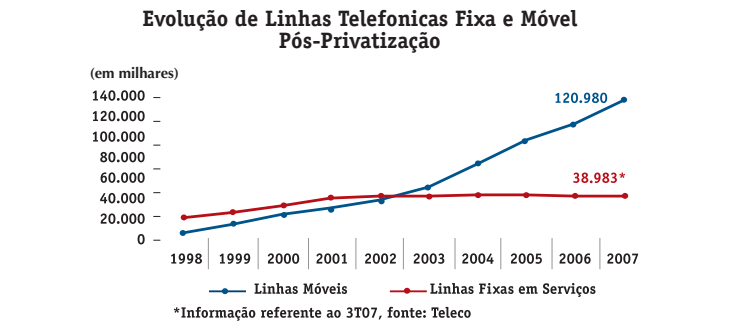
O mercado mundial de telefonia móvel segue sua rota de evolução. O total de usuários de telefonia móvel era de 2,17 bilhões em 2005, avançou para 2,70 bilhões em 2006 e atingiu 3,12 bilhões no terceiro trimestre de 2007. Em novembro de 2007, de acordo com a empresa de pesquisas Informa Telecoms & Media, mais de 3,3 bilhões de pessoas já dispunham de um celular, atingindo penetração mundial de 50%. A maior demanda continua vindo de mercados em expansão, como a Índia, a China e os países da África e da América Latina. Até o terceiro trimestre de 2007, o Brasil figurava como o 5º país em número de celulares no mundo, atrás da China, Estados Unidos, Índia e Rússia, nesta ordem. O mercado de 3G - que apresentava 73,4 milhões de aparelhos em 2005 e 154 milhões em 2006 - atingiu a marca de 241 milhões no terceiro trimestre de 2007. Na Europa, a substituição do GSM pelo WCDMA/HSDPA está se acelerando. No primeiro trimestre de 2007, pela primeira vez, o GSM apresentou crescimento negativo, com 3G (WCDMA) respondendo por mais de 100% das adições líquidas. A maior variedade de aparelhos e os preços mais baixos têm sido apontados como impulsionadores desse movimento.

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O mercado celular no Brasil



O ano de 2007 continuou marcado por um crescimento acelerado do parque móvel brasileiro, devido principalmente à forte pressão competitiva entre as operadoras, que forçou a queda da barreira de entrada e do preço dos serviços.

Em dezembro de 2007, o Brasil contava com 120,98 milhões de usuários de celulares e uma densidade de 63,59 cel./100 hab., um montante 21% superior ao parque de dezembro de 2006, que registrava 99,91 milhões, e penetração 10,3 pontos percentuais superior a 2006 (53,24%). Em 2007 foram adicionados à base 21 milhões de celulares.

Do total das linhas de telefonia celular no mercado brasileiro, o parque pré-pago ficou com uma fatia de 80,66%.

Em relação à tecnologia, os usuários de celulares GSM responderam por 78,46% do parque total.

No final de 2007, as principais operadoras móveis do país adquiriram as frequências de 3G. A expectativa é de um comportamento similar ao registrado em mercados desenvolvidos, como o da Europa e de outros países da Ásia. Impulsionado pela diversidade de soluções e aplicações proporcionadas pelo acesso de dados no celular (3G), a demanda por serviços de dados e valor agregado deve continuar crescendo de forma significativa no decorrer de 2008.

Ambiente Regulatório

Os principais fatos que marcaram o ano de 2007 foram: a continuação das ações de fiscalização da Anatel; a edição de Consultas Públicas e Resoluções da Agência, com alterações na Regulamentação focadas na ampliação da competição e dos direitos do consumidor; e a realização dos leilões das faixas de radiofrequências L, sobras das faixas D e E e faixa M, e das faixas F, G, I e J.

Dentre as Consultas Públicas, destaca-se a de nº 799, cujo período para envio de manifestações terminou em setembro de 2007. Ela propõe a implantação de metodologia para a determinação, pela Anatel, do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), aplicável a cada Área de Negócio das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

Dentre as Resoluções publicadas pela Anatel em 2007, destacam-se:

a) Resolução nº 460, relativa à implantação da portabilidade numérica, que permitirá ao usuário trocar de prestadora de serviço - fixo ou móvel - mantendo o seu número de telefone.
b) Resolução nº 477, relativa ao novo Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), que introduziu diversas obrigações regulamentares.

c) Resoluções nº 480 e 483, relativas à fixação das datas de apresentação dos documentos relativos ao modelo de especificação e custos para as taxas de uso de rede, introduzido em 2005.

Em setembro de 2007, a Anatel realizou o Leilão da faixa de 1.900 MHz (faixa L) e de outras faixas do SMP (sobras das faixas D e E, faixa M,1.800 MHz e faixas de extensão em 900 MHz e 1.800 MHz). A Vivo adquiriu todos os lotes correspondentes à faixa L, cobrindo todo o país, exceto os relativos aos municípios de Londrina e Tamarana, no Paraná, e aos cinco Estados da Região Norte.

Em 7 de dezembro de 2007, a Vivo firmou os Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de radiofrequências na banda L. Foram celebrados três Termos de Autorização do SMP para áreas geográficas onde a Vivo ainda não possui operação, com o direito de uso de radiofrequência por 15 anos, prorrogável uma única vez por igual período. Concomitantemente, foram firmados oito Termos de direito de uso de radiofrequência na banda L (em 1.900 MHz), apenas pelo prazo remanescente da frequência atual em 800 MHz, para áreas de prestação onde a Vivo já está presente. Esses Termos não incluem os dois lotes relativos ao Estado de Minas Gerais vencidos pela Vivo, que serão assinados posteriormente. O valor resultante da licitação totalizou cerca de R\$ 50,35 milhões, sem incluir os lotes de Minas Gerais, que somam aproximadamenteR\$ 19,66 milhões.

Em dezembro de 2007, a Anatel realizou o Leilão das faixas do padrão de “Terceira Geração - 3G” (1.900 - 2.100 MHz) L, G, com largura de banda de 10 - 10 MHz) e F (15 - 15 MHz), nas 11 áreas de prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP). A Vivo conseguiu vencer todos os lotes em que tinha interesse, ou seja, os da faixa J. Deve-se destacar que a faixa J é adjacente à faixa L, sendo que a operadora que a obtivesse nesta licitação teria a prerrogativa de solicitar o realinhamento da faixa L ao padrão de “3G”. Nos dois lotes relativos ao Estado de Minas Gerais (área original da Telemig Celular e área da CTBC Telecom), a Telemig Celular sagrou-se vencedora da faixa J. A Vivo deverá desembolar o total de R\$ 1,147 bilhões pelos lotes adquiridos, o que representa um ágio de 92,5% sobre o preço mínimo para eles fixado. A Telemig Celular pagará aproximadamente R\$ 53,5 milhões - um ágio de 36,4% em relação aos valores mínimos estabelecidos para os dois lotes na faixa J em Minas Gerais. Em 8 de novembro de 2007, a Anatel publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Ato nº 68.401, de 6 de novembro, por meio do qual oficializa a anúncia prévia para a transferência do controle indireto da Telemig Celular para a Vivo. A decisão da Agência trata da transferência acionária apenas da Telemig Celular.

O ano de 2007 também foi marcado pela continuação da livre pactuação do valor de remuneração de uso das redes móveis (VU-M). Em julho de 2007, a Anatel homologou os valores reajustados das chamadas VC-1, VC-2 e VC-3 das concessionárias locais e de longa distância. Com isso, houve reajuste do VU-M em todas as chamadas fixo-móvel, envolvendo as referidas prestadoras do STFC e todas as prestadoras do SMP.

2 - Estratégia de Marketing

Num contexto de economia aquecida e crescimento do setor de telefonia celular, a competição entre as operadoras manteve-se acirrada em 2007, com esforços agressivos para conquistar clientes de alto valor e novas fatias de mercado. A aquisição sustentada de clientes e a busca de geração de valor por meio da rentabilização também caracterizaram as principais ações da Vivo e de seus concorrentes.

A estratégia de marketing da Vivo sustentou-se em projetos que visaram o aumento da competitividade e a busca da excelência na prestação de serviços como forma de garantir a eficácia na gestão do cliente e nos resultados de negócio. Esses princípios foram traduzidos em grandes ações realizadas ao longo de 2007:

- Implementação da rede GSM, que permitiu ampliação e maior atratividade do portfólio de aparelhos e agressividade nas ofertas, além de fortalecer o serviço de roaming nacional e internacional oferecido pela Vivo.
- Investimentos em rede, garantindo que a Vivo oferecesse a melhor qualidade de ligação entre todas as operadoras no Brasil.
- Combate à clonagem, reduzida a praticamente zero, gerando maior satisfação aos clientes e menores custos à operadora.
- Qualidade de faturamento com a unificação do billing e lançamento de uma nova fatura, muito mais simples e clara para o consumidor.
- Fidelização agressiva de clientes e consequente controle do churn com ações contínuas de relacionamento e incentivo à troca de aparelhos.
- Rentabilização dos clientes por meio de ações de estímulo ao uso de serviços e migração para o novo portfólio de planos.
- Aquisição segmentada de clientes premium com ofertas agressivas.
- Aumento da capilaridade dos pontos de recarga por meio de parcerias com novos estabelecimentos, melhorando a competitividade nos canais.
- Convergência de ofertas e ações de estímulo ao uso do código 15 de longa distância, aumentando a competitividade das ofertas ao cliente e gerando maior receita por interconexão.

O ano de 2007 também foi marcado pelo reposicionamento da empresa no mercado, calculo no conceito da qualidade de serviços. A nova assinatura “Sinal de qualidade” buscou destacar o diferencial da melhor qualidade de ligação oferecida pela Vivo, aliada às ofertas agressivas e aos planos mais econômicos e flexíveis do mercado. Como resultado, a Vivo conquistou mais de 4 milhões de clientes em 2007, apresentando excelente performance comercial e ganho de market share nas principais datas comemorativas: Dia das Mães e Natal. A empresa manteve sua liderança, refletida pela tendência crescente no share de altas e pela redução do churn ao menor patamar do mercado.

Segmento Corporativo

A estratégia de ampliação e diversificação de canais adotada nos anos anteriores posicionou a Vivo Empresas na liderança do mercado corporativo brasileiro na área de prestação da Vivo, bem como no *share* de captação de clientes. O ganho líquido em 2007 cresceu 142% em relação a 2006, representando um incremento do parque de linhas de 16% ao final do ano (volume de altas líquidas 25,3% maior e volume de baixas 15,8% menor). Consolidado esse objetivo, a Vivo Empresas direcionou seus esforços para estreitar ainda mais o relacionamento com seus clientes, por meio de ações de incremento de satisfação:

- Lançamento do novo portfólio de planos e serviços
- Ampliação e diversificação das soluções e aparelhos de dados
- Experimentação e degustação de soluções corporativas
- Lançamento de piloto de atendimento corporativo em loja própria
- Ampliação dos canais de relacionamento e atendimento ao cliente

O advento da cobertura GSM paralelamente à rede CDMA ampliou ainda mais o leque de soluções de dados oferecidas aos clientes. O foco na comercialização de PDAs e Smartphones, que combinam voz e e-mail móvel e registram um alto ARPU por cliente, resultou no incremento de mais de 65% durante o ano desses aparelhos. O lançamento de *modems* com interface USB (*Pen USB*) permitiu avançar em mais de 80% a comercialização de soluções de internet móvel pela rede CDMA 1x e CDMA/EV-DO. Tão importante quanto criar e disponibilizar novas soluções é proporcionar ao cliente a experiência de utilizar e conhecer esses produtos. Esse conceito motivou a criação do *Vivo Empresas Experience*, um espaço exclusivo para clientes atuais e potenciais interagirem e degustarem as diversas soluções corporativas. Além das lojas próprias, foi ampliado o número de clientes atendidos pelo canal de Consultoria de Relacionamento (grupo responsável pelo atendimento de uma carteira específica e exclusiva de clientes) e implantada uma ilha de atendimento específica para tratamento e correção imediata de problemas (*First Call Resolution - Call Stars*). Além disso, o VOL EMPRESAS, o canal de atendimento via internet, ganhou novas funcionalidades.

Com todas essas ações, além de reforçar seu posicionamento de liderança no mercado corporativo e cumprir sua vocação para o lançamento de produtos e serviços inovadores, a Vivo Empresas reafirma seu compromisso com a máxima satisfação de cada um de seus clientes empresariais, independentemente do porte ou segmento de mercado em que esteja posicionado.

Marca Vivo

Com pouco mais de quatro anos de existência, em 2007 a Vivo conquistou mais uma vez a posição de marca mais valiosa do Brasil de telefonia móvel, segundo estudo da consultoria inglesa Brand Finance, atingindo a expressiva cifra de R\$ 2,25 bilhões.

Isso foi possível graças ao movimento de evolução realizado em 2007, que resultou no novo posicionamento da marca.

Com a proposta de oferecer qualidade de prestação de serviços, o novo posicionamento foi sustentado por quatro pilares - Melhor Ligação, Relacionamento, Preço e Inovação - e teve como foco a diferenciação com relevância, ao eleger atributos importantes do ponto de vista do consumidor.

A nova assinatura “Vivo. Sinal de Qualidade”, com idéia criativa muito valorizada em pesquisas, reforçou o diferencial da operadora em área de cobertura e qualidade de sinal, mas também reiterou a segurança e confiabilidade de estar com a Vivo.

A Vivo Vivo conquistou prêmios de destaque em 2007, entre eles o Top de Marketing da ADVB, Marketing Best, Prêmio About de Comunicação Integrada, Prêmio Intangíveis e Prêmio Consumidor Moderno. A Vivo também foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, a marca mais confiável do Brasil na categoria telefonia celular, com a máxima chancela do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), mantendo a liderança no estudo e ampliando para 8 pontos percentuais sua vantagem sobre o segundo colocado.

Planos e Campanhas Campanhas de Comunicação

Baseadas num estratégia que concentrou esforços no que é mais importante para o cliente - falar onde e quando quiser, ser bem atendido e ser cobrado de forma justa - as campanhas de comunicação realizadas em 2007 fortaleceram a reputação da marca. Com um discurso calcado na credibilidade e no comprometimento, o posicionamento de qualidade na prestação de serviços permeou todas as campanhas apresentadas ao público. Foi também em torno desse eixo que a empresa desenvolveu as campanhas de varejo, a fim de gerar ainda mais consistência na comunicação. A primeira delas foi realizada no Dia das Mães, importante data comercial para o varejo brasileiro. Nessa ocasião, a Vivo lançou um novo formato de comunicação, diferenciando-se na categoria ao utilizar uma linguagem transparente e de fácil compreensão.

As campanhas de aquisição realizadas durante o ano sustentaram uma comunicação que combinava a oferta do portfólio de planos pós e pré-pagos com lançamentos de celulares de última geração, exclusivos e inovadores. Vários desses aparelhos tiveram campanhas segmentadas, com foco em clientes de alto valor ou no público jovem, de acordo com sua características ou com os conteúdos exclusivos embarcados.

Os clientes pré-pagos receberam também o reconhecimento e a valorização da companhia. Em agosto, foi lançado um formato de comunicação específico para esse público, com mensagens simples, diretas e focadas em benefícios. Na fase inicial, a campanha apresentou as diversas vantagens estruturais que a Vivo oferece para os clientes e, logo em seguida, entrou com a promoção “1min = R\$15 de bônus”.

Para o segmento corporativo a estratégia de comunicação adotada em 2007 buscou agregar sinergia com o posicionamento de consistência, com mensagens de fácil entendimento, que remetem aos conceitos de velocidade, praticidade e conectividade. Assim, a prioridade para a comunicação da Vivo Empresas foram as soluções corporativas e os lançamentos de aparelhos multifuncionais.

As peculiaridades regionais também foram contempladas pela comunicação. Campanhas produzidas especialmente para os Estados do Paraná e Santa Catarina foram desenvolvidas no 4º trimestre e comunicaram os atributos de qualidade de ligação, cobertura, pricing estrutural e promocional.

Eventos e Patrocínios

Durante os XV Jogos Panamericanos, evento multiesportivo realizado em julho no Rio de Janeiro, a Vivo lançou campanha de roaming internacional com mídia aeroportuária. Um grande projeto de cinema também foi desenvolvido nas areias de Copacabana: o “Vivo Cinema Panamericano”, uma mostra de filmes que recebeu público de diversos segmentos e teve foco especial em parcerias com o Terceiro Setor.

Regionalmente, o cinema também foi trabalhado em iniciativas como o apoio ao Festival de Cinema de Gramado e à inauguração do Vivo Gávea (complexo de salas de cinema no Rio), além de projetos itinerantes de cinema ao ar livre, propiciando entretenimento gratuito em várias cidades brasileiras.

Outra importante iniciativa, alinhada à estratégia da empresa de reforçar a marca e se relacionar com diferentes públicos, é o co-patrocínio da temporada do espetáculo “Alegria” do Cirque du Soleil no Brasil, que se estende até meados de 2008. Outros patrocínios significativos foram as atrações internacionais da série “Divas do Jazz”, que trouxe Lauren Hill, e o show do “The Police” no Maracanã.

A presença da Vivo na área de música também se deu por meio da continuidade da parceria com a casa de espetáculos Vivo Rio, palco de intensa programação musical ao longo de 2007.

Ofertas de Aquisição, Fidelização e Rentabilidade 2007

As ofertas em 2007 objetivaram o crescimento seletivo, principalmente em segmentos com maior potencial de geração de valor, buscando melhorar a percepção de preço e fortalecer a liderança de mercado. Além disso, a maior parte das campanhas de varejo de 2007 foi pautada pela segmentação, premiando os clientes de maior valor com a concessão de bônus progressivos de acordo com a minutaagem dos seus planos ou valor de recarga realizado. Para eles, foi disponibilizado um portfólio que reunia exclusividade, inovação, conteúdos diferenciados e aparelhos multimídia. Adotou-se um formato múltiplo, de modo a atender aos diversos segmentos e drivers trabalhados pela Vivo.

Durante todo o ano, as campanhas da Vivo privilegiaram os benefícios concedidos nas promoções, com a criação de ofertas que foram bem recebidas e, ao mesmo tempo, favorecerem o desenvolvimento de hábitos de consumo nos clientes com incentivos e descontos. Os principais benefícios concedidos foram bônus em ligações locais intra-rede, tarifas promocionais para ligações intra-rede (local e longa distância utilizando o CSP 15 da Telefônica) e redução seletiva no preço de aparelho, entre outros.

A primeira promoção do ano foi “Por Conta da Vivo”, com o objetivo de divulgar a oferta de aquisição vigente para alavancar as altas no segmento premium pós-pago: concessão de bônus de até 2.500 minutos para falar com qualquer Vivo em ligações locais. O tema abordado pela comunicação sugeriu a tradução do benefício dos minutos em tempo. O filme ressaltava a importância que o tempo tem na vida das pessoas, comunicando que a Vivo dá mais tempo para as pessoas falarem de graça.

No mesmo período, a campanha promocional “Até Mil Reais”, que teve como objetivo rentabilizar a base de pré-pagos, incentivava a recarga, oferecendo bônus de até R\$1.000 para falar com qualquer Vivo por seis meses em ligações locais.

Para a Vivo Empresas, foram desenvolvidas campanhas com a de divulgação da oferta do “Pacote de Serviços”, que destacou a produtividade e mobilidade oferecida ao cliente, permitindo a ele acessar documentos, enviar e receber e-mails ou acessar a internet de onde estiver. Outra campanha lançou o Vivo Flash, serviço que possibilita o acesso à internet móvel em mais de 1.900 cidades, através de um modem portátil sem fio conectado a um desktop. É uma excelente alternativa de acesso à internet em lugares não atendidos por outras tecnologias e uma solução inovadora para quem busca conveniência e praticidade.

Vale enfatizar ainda os vários lançamentos de aparelhos e equipamentos - celulares, smartphons, placas e modems, disponibilizados nas tecnologias GSM ou CDMA. A safra de inovações contribuiu sobremaneira para reforçar o posicionamento de uma comunicação focada em soluções corporativas, por meio de inúmeros aparelhos multifuncionais.

Março foi um mês marcante para a comunicação da Vivo, com o lançamento da campanha para o reposicionamento da marca, com base no entendimento daquilo que o cliente percebe como qualidade. Com a assinatura “Vivo. Sinal de Qualidade”, a campanha institucional previu três etapas. A primeira teve o objetivo de prestar contas aos consumidores das iniciativas da Vivo nos seus primeiros quatro anos de vida e entrou no ar na Semana do Consumidor, em 11 de março, com um teaser.

A campanha teve filme estrelado por colaboradores da Vivo. Além de criar um clima de grande motivação interna, o filme “Antenas” teve como objetivo mostrar para os clientes o comprometimento das pessoas que trabalham na Vivo com a melhoria da qualidade na prestação dos serviços. A segunda etapa da campanha, no final de março, reforçou ainda mais o novo posicionamento da marca.

Durante os meses de abril e maio, abnindo a terceira fase de reposicionamento, o Dia das Mães, data com alta relevância para o varejo, a Vivo apresentou a promoção “Fale de Graça”, com um desdobramento que objetivou ser melhor no que importa, estar voltado aos interesses do cliente (customer center), focar em prestação de serviços e disponibilizar benefícios à base e aos novos clientes. Com a expressão “os celulares que pegam bem e custam pouco



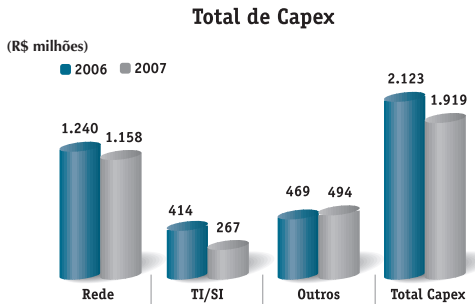
Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6 - Investimentos - CAPEX

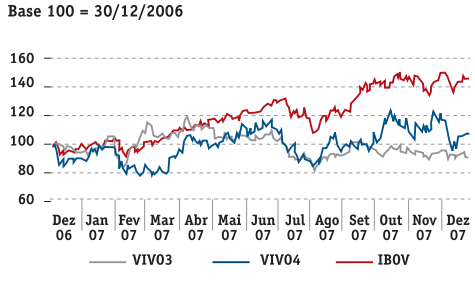
Na constante busca para proporcionar a satisfação e alta qualidade na prestação de serviços aos seus clientes, a Vivo não poupou esforços, concentrando a maior parte de seus investimentos na ampliação da capacidade da rede GSM. Assim, garantiu suporte à agressividade comercial de tráfego de voz e dados, permitindo, inclusive, conquistar liderança no cumprimento das metas de qualidade da Anatel. Em paralelo, foi finalizada a unificação dos sistemas da Bahia e Sergipe permitindo reduções de custo e ganho em *time-to-market* para lançamento de novos produtos e serviços. Além disso, visando a um melhor experiência no atendimento aos clientes, com processos mais simples, padronizados e integrados, a Vivo iniciou o projeto Novo Front-Office, que monitora os processos de negócio e proporciona serviços comuns disponíveis para todos os canais, otimizando a infra-estrutura em todos os pontos de contato com clientes. Em especial, nos canais diretos (Lojas Próprias), a empresa prosseguiu com a modernização de *layout* e reforçou a iniciativa de padronização de canais indiretos (*dealers*), buscando ampliar a capilaridade de seus canais físicos e reforçar a presença da marca Vivo. Ainda alinhada à estratégia de qualidade e satisfação ao cliente, a empresa adquiriu o direito de prover uma cobertura em nível nacional (no Nordeste e em Minas Gerais), através da aquisição de licença de uso da Banda L (frequência em 1,9 GHz) e da compra da Telemig Celular. No total, foram investidos R\$ 1.919 milhões durante o ano. Esse total inclui o investimento na rede GSM/EDGE e na atual rede CDMA/EV-DO.



7 - Mercado de Capitais

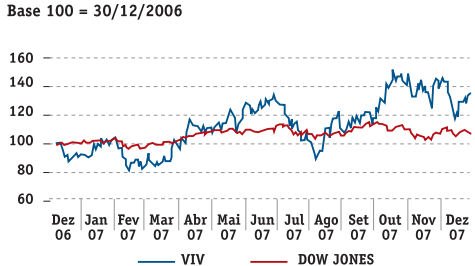
O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2007 cotado a 63.886 pontos. Durante o ano, o Ibovespa acumulou alta de 43,6%, enquanto que o *Dow Jones Industrial Average* (DJIA) apresentou alta de 6,4%. O volume médio diário negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2007 foi de R\$ 4,9 bilhões, um aumento de 101,1% em relação a 2006. Os valores de mercado das ações ordinárias nominativas - ON (VIV03) e das ações preferenciais nominativas - PN (VIV04) atingiram, respectivamente, R\$ 13,55 e R\$ 9,41, no pregão de 28/12/2007. Em 2007, as ações da Vivo Part apresentaram um volume médio diário de R\$ 2.522,42 mil nas negociações das ações ON e de R\$ 22.384,74 mil nas negociações das PN na Bolsa de Valores de São Paulo.

Evolução das Ações



Na NYSE, os ADRs encerraram o ano negociados a US\$ 5,47, com o volume total de 340.198.248 ADRs *outstanding*. Durante 2007, foi negociado um montante médio diário de US\$ 18,20 milhões.

Evolução ADR - VIV



Por ação	2007
Valor Patrimonial (R\$)	5,75
Cotação dos ADR em US\$	5,47
Cotação das Preferenciais (R\$)*	9,41
Cotação das Ordinárias (R\$)	13,55

(*) Cotação de fechamento do último pregão do ano na Bovespa
O Capital Social da Sociedade em dezembro de 2007 era de R\$ 6.347.784.334,54, representado por 524.931.665 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais.

Aquisição da Telemig Celular Participações e Tele Norte Celular Participações.

A Vivo celebrou em 2 de agosto um contrato de compra e venda de ações com a Telpart Participações S.A. ("Telpart"), visando à aquisição do controle da Telemig Celular Participações S.A. ("Telemig Participações") e da Tele Norte Celular Participações S.A. ("Tele Norte Participações"), correspondentes a 22,72% e 19,34% de seus respectivos capitais totais, por um valor agregado total de R\$ 1,2 bilhão, sujeito a correção por CDI até a data de fechamento e determinados ajustes previstos no próprio contrato. Adicionalmente, a Vivo adquirirá da Telpart direitos de subscrição de ações por R\$ 87 milhões. O contrato foi aprovado nas assembleias gerais de acionistas da Vivo e Telpart entre outras condições precedentes, e a sua conclusão está sujeita à aprovação pela Anatel. O Conselho Diretor da Anatel aprovou no dia 23 de outubro, por unanimidade, a aquisição da Telemig por parte da Vivo. Dessa forma, a empresa pode entender o seu sinal de qualidade agora clientes Vivo em Minas Gerais.

Em 20 de dezembro, a Vivo celebrou contrato de compra e venda de ações com a Telemar Norte Leste S.A., visando à venda das ações da Tele Norte Celular Participações S.A. que a Telpart Participações S.A. ("Telpart") comprometeu-se a vender e transferir para a Vivo Participações S.A. nos termos do contrato de compra e venda de ações de 2 de agosto de 2007.

Com a venda das ações da Tele Norte Celular Participações S.A., a Vivo entende que poderá solucionar eventuais dificuldades regulatórias que poderiam estar impactando na apreciação da aquisição das ações da Tele Norte Celular Participações S.A. pela Anatel, e facilitar o fechamento da operação realizada com a Telpart. Mais informações sobre as transações, as ofertas públicas de ações ordinárias e as ofertas públicas voluntárias de ações preferenciais estão disponíveis no site da Vivo - Relações com Investidores (www.vivo.com.br/ri/).

Composição acionária em dezembro de 2007: Composição do Capital Social da Vivo Participações S.A. - Em 30/12/2007

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total			
Portelcom Participações S.A.	67.349.733	12,8%	1.843	0,0%	67.351.576	4,7%
BRASILETEL, N.V.	222.877.507	42,5%	364.350.055	39,7%	587.227.562	40,7%
SUDESTECEL Participações Ltda.	88.255.178	16,8%	1.224.498	0,1%	89.479.676	6,2%
AVISTA Participações Ltda.	9.630.458	1,8%	46.613.811	5,1%	56.244.269	3,9%
TBS Celular Participações Ltda.	68.818.554	13,1%	1.165.797	0,1%	69.984.351	4,9%
TAGILO Participações Ltda.	12.061.046	2,3%	22.625.728	2,5%	34.686.774	2,4%
Subtotal Controlador	468.992.476	89,3%	435.981.732	47,5%	904.974.208	62,8%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	4.494.900	0,5%	4.494.900	0,3%
Outros Acionistas	55.939.189	10,7%	476.709.448	52,0%	532.648.637	36,9%
Total	524.931.665	100,0%	917.186.080	100,0%	1.442.117.745	100,0%

8 - Governança Corporativa

Relações com Investidores

A Vivo Participações S.A. trabalha para aprimorar constantemente as suas práticas de governança corporativa, ao promover uma gestão profissionalizada e dispensar um tratamento igualitário a todos os acionistas. Para manter o mercado de capitais informado sobre as operações da companhia, foram realizadas, ao longo de 2007, reuniões com analistas e investidores, além de ter sido cumprido um calendário de eventos. Além disso, a Vivo Participações S.A. mantém canais de informações e comunicação por telefone, e-mail e website (www.vivo.com.br/ri/), no qual estão disponíveis as informações atualizadas sobre as operações da empresa.

Sarbanes-Oxley

A empresa tomou as providências necessárias para adequar-se aos requerimentos da legislação aplicável às empresas que negociam valores mobiliários no mercado norte-americano, que reforça as regras para a governança corporativa relacionadas à divulgação e à emissão de relatórios financeiros.

Cumprimento da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 exige que a Vivo passe a incluir em seus relatórios anuais, Formulário 20-F, um Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis.

O referido relatório estará disponível no formulário 20-F referente ao ano de 2007 e atestará que os controles internos foram submetidos a um processo de avaliação de acordo com as normas dos reguladores norte-americanos.

A Diretoria Executiva da Vivo reafirma seu comprometimento com a efetividade de seus controles internos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, transparência e criação de valor para os acionistas no longo prazo.

Código de Ética

O Código de Ética da Vivo tem como objetivo estabelecer os parâmetros para o cumprimento das políticas, regulamentos e demais normas aplicáveis, com uma conduta honesta, precisa e ética. A política é aplicável a todos os empregados e executivos estatutários (Presidente, Vice-presidentes) e não estatutários (Diretores Gerais, Diretores, Divisões e Gerentes).

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Comitê de Divulgação

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante foi estabelecida pelo Conselho de Administração da Vivo Part em cumprimento ao Artigo 16 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

A responsabilidade final pela divulgação de informação, ato ou fato relevante é do CEO, do CFO e do Diretor de Relações com Investidores, sendo os dois primeiros responsáveis pela autorização das informações a serem divulgadas, enquanto que o Diretor de Relações com Investidores responsabiliza-se pela comunicação propriamente dita, nos termos previstos na Política de Ato e Fato Relevantes e na Instrução CVM 358/02 e 369/02.

As cotações divulgações são revisadas pelo Comitê de Divulgações no assessoramento ao CEO e CFO. O Comitê de Divulgação é responsável pelo processo de divulgação de informações, Atos e Fatos Relevantes da Companhia, assegurando a qualidade da divulgação das informações, e pela implementação dos Procedimentos e Controles de Divulgação.

Política de Contratação de Partes Relacionadas

Conforme disposto no Artigo 9 do Estatuto Social da Companhia, deverá ser submetida à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas a celebração de contratos com partes relacionadas, cujos termos e condições sejam mais onerosos para a companhia do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza.

Comitê de Auditoria e Controle

O Comitê de Auditoria e Controle tem natureza colegiada e é formado por três membros do Conselho de Administração. É conduzido em conformidade com as regras estabelecidas em seu Regimento Interno, com as deliberações do Conselho de Administração, nos termos e limites da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia.

Uma das grandes conquistas do ano, foi a conclusão da implantação da tecnologia GSM, projeto estratégico para a empresa e desenvolvido em prazo recorde, apesar de sua complexidade. Foram mais de 15 frentes de trabalho dedicadas à elaboração de especificações, desenvolvimentos, testes e implantações em produção. A excelência operacional, com o atendimento acima das metas dos indicadores de disponibilidade e performance para as principais soluções de negócio da Vivo. Tal desempenho levou a Vivo à primeira colocação em "sistemas de informação" dentro do grupo Telefônica, na avaliação conhecida como Cuadro de Mando. As iniciativas de aumento de produtividade e capacitação de pessoas, que permitiram uma redução de 10% na estrutura de gestão e reduziram dependência e riscos de terceiros sob gestão da Vivo.

As ações focadas em transparência e governança de TI, que geraram a avaliação de 153 objetivos de controle e execução de dezenas de planos de ação para sua implantação, foram fundamentais para o cumprimento da lei Sarbanes-Oxley no âmbito de sistemas de informação. Adicionalmente, iniciou o 1º Diagnóstico de Riscos no ambiente de TI.

Fraude e Clonagem

O ano de 2007 representou a consolidação da redução da fraude, contribuindo para os resultados da Vivo de forma sustentável. Nesse período, a fraude de clonagem foi reduzida em 96,51% representando um recorde histórico para a matéria. Os processos para detecção de fraude de subscrição melhoraram significativamente, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas com agilidade e maior assertividade da atividade.

O combate à fraude de identidade também foi bem-sucedido. A tendência de crescimento observada no início de 2007 foi revertida, e a Vivo encerrou dezembro com uma redução de 88,04% em relação a março do mesmo período.

4 - Atendimento ao Cliente

Logo no início da 2007, a Vivo concluiu o projeto de unificação de sistemas de atendimento. Ou seja, todas as regionais da empresa passaram a trabalhar com os mesmos sistemas, diminuindo custos de treinamento, controle e manutenção.

Os canais eletrônicos registraram números impressionantes em 2007. O Portal da Vivo (www.vivo.com.br) recebeu cerca de 84 milhões de visitas. Foram realizadas 176 mil vendas através da Loja Virtual (www.vivo.com.br/lojavirtual) e 65 milhões de transações on-line, sendo mais de 2 milhões só com clientes corporativos. O volume mensal de e-mails tratados através do Fale Conosco foi de 50 mil. Os terminais de auto-atendimento localizados em lojas próprias realizaram mais de 10 milhões de transações.

Na Central de Relacionamento da Vivo, o grande projeto do ano foi a estruturação do novo modelo de atendimento, desenhado segundo uma estratégia de segmentação, de acordo com a rentabilidade dos clientes.

Assim, a Vivo passou a contar com operadores com conhecimento diferenciado, com plano de carreira, salário mais atraente e maior autonomia para solucionar problemas na linha de frente.

Essa maior autonomia levou a uma redução de 70% nos processos tramitados ao Back Office. Isso se traduz em menor custo de tratamento e maior agilidade no atendimento, com positivos reflexos na satisfação dos clientes. Para garantir a qualidade do processo de atendimento como um todo, não basta a Central de Relacionamento estar afinada. Os processos da empresa também têm que estar adequados às necessidades dos clientes.

Com esse objetivo, o programa Cliente Vivo foi expandido, em busca de alternativas para minimizar impactos decorrentes de falhas técnicas ou de processos internos deficientes. Assim, a empresa ganhou agilidade para decisões e ações mais eficientes.

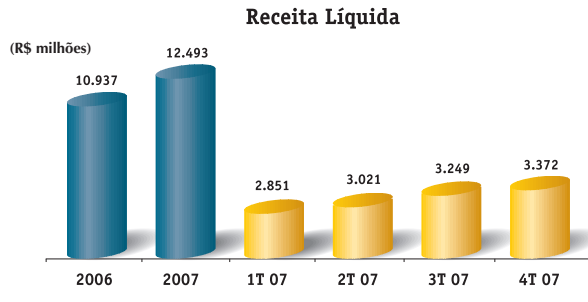
As ações de qualidade refletiram positivamente na Anatel. A Vivo, que iniciou o ano como a 2ª operadora com maior quantidade de reclamações e terminou 2007 na 6ª posição, com uma redução de 36% no volume de reclamações.

5 - Desempenho Econômico e Financeiro

Em R\$ milhões	2007	2006	Var. (%)
Receita Operacional Líquida	12.492,5	10.936,7	14,2%
Custos e Despesas Operacionais	9.359,7	8.340,1	12,2%
EBITDA	3.132,8	2.596,6	20,7%
Resultado do Exercício	(99,4)	16,3	n.a.
Dívida Líquida	2.579,3	3.553,3	-27,4%

Receita Operacional

A receita operacional líquida da Vivo Part atingiu R\$ 12.492,5 milhões em 2007, o que representa um crescimento de 14,2% em relação aos R\$ 10.936,7 milhões registrados em 2006. Essa evolução está relacionada, principalmente, ao aumento na receita de serviços pelo crescimento do parque.



A receita operacional líquida de serviços cresceu 16,0%, atingindo R\$ 11.089,3 milhões em 2007 comparados com R\$ 9.560,2 milhões em 2006. O crescimento reflete o aumento em todos os componentes, decorrente da evolução do parque no ano de 2007, aliado à oferta de novos produtos e serviços.

A receita operacional líquida das vendas de mercadorias em 2007 foi de R\$ 1.403,2 milhões, um aumento de 1,9% na comparação com R\$ 1.376,5 milhões em 2006. Essa variação está relacionada à atividade comercial no exercício, porém, minimizada pela implantação da tecnologia GSM, que possui melhores acordos comerciais, consequentemente reduzindo o preço médio de aparelhos.

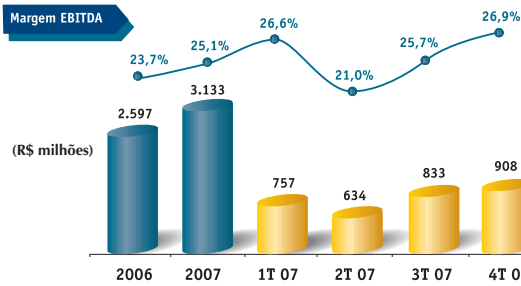
Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais aumentaram 12,2%, atingindo R\$ 9.359,7 milhões em 2007, devido, principalmente, ao acréscimo nas despesas com interconexão resultantes do fim do Bill&Keep parcial em julho de 2006, compensada pela redução nos custos comerciais, especialmente na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), que apresentou uma redução de 49,2%.



EBITDA

O EBITDA (resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R\$ 3.132,8 milhões, 20,7% superior ao de 2006. A margem EBITDA de 25,1% sobre a receita operacional líquida é 14 ponto percentual superior à margem obtida em 2006. Contribuíram para esse aumento o crescimento das receitas pelo aumento do parque e o rígido controle dos custos, mesmo com a intensa atividade comercial registrada no 4º trimestre. Em dezembro, a Vivo voltou a liderar o share de ganho líquido. Contribui também para essa evolução a manutenção no custo de mercadorias vendidas, explicada pela venda de aparelhos GSM que possuem menor custo de aquisição.



O EBITDA é calculado como segue:

Resultado Operacional (*)	178,5
Resultado Financeiro (*)	468,3
Depreciação e Amortizações (**)	2.486,0
	3.132,8

(*) Veja Demonstrações do Resultado

(**) Veja Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Resultado do Exercício

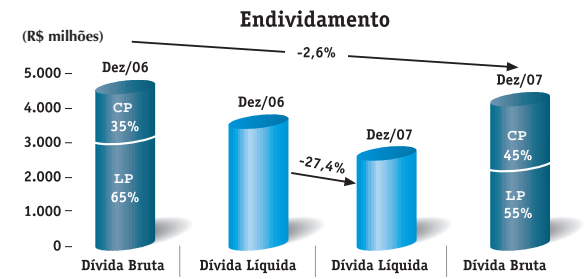
A consolidação dos resultados no exercício apresenta um prejuízo de R\$ 99,4 milhões em 2007.

R\$ milhões	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2007	
		CONSOLIDADO
1. RECEITAS		15.491,9
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(6.999,2)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		8.492,7
4. RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização		(2.486,0)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3-4)		6.006,7
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras		208,7
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		6.215,4
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
• Pessoal, encargos e benefícios (-INSS)	598,4	9,63%
• Impostos, taxas e contribuições (+INSS)	4.480,2	72,08%
• Juros e aluguéis	1.236,2	19,89%
• Distribuição aos acionistas	0,0	0,00%
• Resultado retido do exercício	(99,4)	-1,60%

Empréstimos e Financiamentos

A Sociedade encerrou o exercício de 2007 com dívida de R\$ 4.381,4 milhões (R\$ 4.500,4 milhões no final de 2006), sendo 42% denominada em moeda estrangeira totalmente coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).

O endividamento registrado em 31 de dezembro de 2007 foi compensado pelos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras (R\$ 2.250,5 milhões) e pelos ativos e passivos de derivativos (R\$ 448,4 milhões a pagar), resultando numa dívida líquida de R\$ 2.579,3 milhões (R\$ 3.553,3 milhões, em 31 de dezembro de 2006).



Conselho de Administração

O atual Conselho de Administração da Vivo Part é integrado por nove membros. Os conselheiros são eleitos para mandatos de três anos pela Assembleia Geral de Acionistas, que também possui poder de destitui-los do cargo. Há possibilidade de reeleição.

As reuniões do Conselho de Administração ocorrem ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário. Nenhum dos seus integrantes ocupa cargo de direção e três dos seus membros seguem os critérios de independência exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley.

Conselho Fiscal

O atual Conselho Fiscal é integrado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal de caráter permanente reúne-se ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente quando convocado pelo presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho Fiscal.

Diretoria

A Companhia possui seis Diretorias Estatutárias, sendo seus membros acionistas ou não, residentes no país e eleitos pelo Conselho de Administração, com um mandato de três anos, para os cargos de Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo de Operações, Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle, Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação, Vice-Presidente de Redes e Vice-Presidente de Regulamentação. Um mesmo diretor pode acumular mais de um cargo. É vedada a participação de membros da diretoria no Conselho de Administração.

9 - Pesquisa e Desenvolvimento

Estar à frente das tendências e necessidades do mercado é a base de sustentação dos negócios no setor de tecnologia. O investimento em pesquisa e desenvolvimento possibilita o contato com tecnologias emergentes que impactarão o futuro dos sistemas de comunicação móvel, buscando antever aplicações que farão parte de nosso dia-a-dia nos próximos anos.

Como empresa líder em seu segmento, a Vivo tem investido em projetos de pesquisa e desenvolvimento junto a Universidades e Centros de Pesquisa desde 2001. Ao longo desses anos de trabalho, diversos projetos foram realizados, capacitando a equipe técnica da Vivo no desenvolvimento e utilização de tecnologias inovadoras, que garantem o diferencial competitivo da empresa.

A Vivo mantém atualmente convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Tais convênios permitem a criação de laboratórios da Vivo nas dependências da Universidade, onde são executados projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, que apóiam e impulsionam os processos de inovação tecnológica da empresa. Também foi firmado um acordo no final de 2004 com o CPqD, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Campinas (SP), para avaliações e estudos de novas tecnologias.



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



BALANÇOS PATRIMONIAIS					
Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006					
(em milhares de reais)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		
	Nota	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Circulante					
Caixa e bancos		13.793	1.990	328.256	82.927
Aplicações financeiras	4	-	-	1.862.734	1.319.069
Aplicações financeiras em garantia	4	-	-	32.359	45.644
Contas a receber, líquidas	5	-	-	2.178.745	1.961.246
Estoques	6	-	-	376.624	282.020
Adiantamentos a fornecedores		36	-	832	13.142
Juros sobre o capital próprio e dividendos		1.646.411	205.105	-	-
Tributos diferidos e a recuperar	7	4.696	6.520	1.614.377	1.662.739
Operações com derivativos	16	-	-	916	1.298
Despesas antecipadas	8	598	807	228.922	181.872
Outros ativos	9	3.137	590	197.578	122.537
Total do ativo circulante		1.668.671	215.012	6.821.343	5.672.494
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras em garantia	4	-	-	27.108	-
Tributos diferidos e a recuperar	7	543.004	471.337	2.433.916	2.624.938
Operações com derivativos	16	-	-	3.835	135
Despesas antecipadas	8	1.931	2.530	59.870	21.314
Outros ativos	9	2.392	2.439	26.510	21.619
Investimentos	10	7.864.973	9.443.335	667.482	979.158
Imobilizado, líquido	11	15	103	6.301.389	6.445.479
Intangível, líquido	12	-	-	1.660.299	1.642.683
Diferido, líquido	13	-	-	89.464	134.257
Total do ativo não circulante		8.412.315	9.919.744	11.269.873	11.869.583
Total do ativo		10.080.986	10.134.756	18.091.216	17.542.077
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Circulante					
Pessoal, encargos e benefícios sociais		1.805	2.204	173.472	156.625
Fornecedores e contas a pagar	14	3.480	1.770	3.069.308	2.627.013
Impostos, taxas e contribuições	15	24.326	1.302	570.972	453.710
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	637.541	71.789	1.984.036	1.590.345
Juros sobre o capital próprio e dividendos		7.862	29.391	22.219	51.702
Provisões para contingências	17	1.068	508	81.395	61.911
Operações com derivativos	16	17.085	239	429.661	372.229
Outras obrigações	18	89.824	76.690	546.169	386.422
Total do passivo circulante		782.991	183.893	6.877.232	5.699.957
Não Circulante					
Exigível a longo prazo:					
Impostos, taxas e contribuições	15	-	-	181.359	212.469
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.000.000	1.576.252	2.397.404	2.910.048
Provisões para contingências	17	98	-	118.009	84.712
Operações com derivativos	16	-	2.545	23.482	129.718
Outras obrigações	18	320	320	196.153	133.427
Total do passivo não circulante		1.000.418	1.579.117	2.916.407	3.470.374
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	6.347.784	6.347.784	6.347.784	6.347.784
Ações em tesouraria	19	(11.070)	(11.070)	(11.070)	(11.070)
Reservas de capital	19	1.071.316	1.071.316	1.071.316	1.071.316
Reservas de lucro	19	889.547	765.068	889.547	765.068
Lucros acumulados	19	-	198.648	-	198.648
Total do patrimônio líquido		8.297.577	8.371.746	8.297.577	8.371.746
Total do passivo e patrimônio líquido		10.080.986	10.134.756	18.091.216	17.542.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)										
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006										
(em milhares de reais)										
	Reservas de Capital				Reservas de Lucro					
	Capital Social	Reserva Realizado de Ágio	Reserva Especial de Ágio	Reserva Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Reserva para Expansão	Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2005	6.670.152	99.718	693.678	-	-	-	-	-	(3.448.359)	4.015.189
Redução de capital - AGE de 06/02/06	(3.147.782)	-	-	-	-	-	-	-	3.147.782	-
Transferência acervo de incorporação - AGE 22/02/06	2.631.137	415.371	347.331	3.589	97.421	11.070	602.612	(11.070)	490.188	4.587.649
Incorporação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.681)	(2.681)
Constituição de provisão de reserva	-	-	(52.412)	-	-	-	-	-	-	(52.412)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	11.718	11.718
Aumento de capital com reservas - AGE de 08/06/06	194.277	-	(194.277)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de reservas de ágio	-	-	(241.682)	-	-	-	-	-	-	(241.682)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	70.773	70.773
Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.539	-	-	-	(3.539)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.808)	(16.808)
Reserva para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	50.426	-	(50.426)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	6.347.784	515.089	552.638	3.589	100.960	11.070	653.038	(11.070)	198.648	8.371.746
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.766	4.766
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.935)	(78.935)
Transferência para reserva para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	124.479	-	(124.479)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	6.347.784	515.089	552.638	3.589	100.960	11.070	777.517	(11.070)	-	8.297.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006					
(em milhares de reais)					
	Consolidado		Consolidado		
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES:					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(99.391)	16.347			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais					
Participações minoritárias	-	7.968			
Depreciação e amortização	2.376.172	2.394.385			
Provisões para perdas em ativos	-	277.987			
Custo residual de ativo imobilizado baixado	20.528	(1.220)			
Perdas em contratos a termo e de swaps	509.415	764.264			
Variação monetária e cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(296.138)	(334.978)			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	365.740	720.496			
Planos de benefícios pós-emprego	5.542	824			
Perdas na aquisição de participação societária em subsidiárias	-	671			
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	(583.239)	102.074			
Estoques	(94.604)	80.292			
Tributos diferidos e a recuperar	239.384	(907.635)			
Outros ativos circulantes e não circulantes	(167.051)	389.092			
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16.847	6.785			
Fornecedores e contas a pagar	442.295	153.870			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.362)	(56.064)			
Impostos, taxas e contribuições	86.152	(219.211)			
Provisões para contingências	52.781	(211.366)			
Outros passivos circulantes e não circulantes	216.930	50.333			
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.085.001	3.234.914			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:					
Adições ao imobilizado e intangível	(1.903.667)	(2.102.422)			
Adições ao ativo diferido	(2.067)	(1.510)			
Aquisição de interesses minoritários	-	(2.681)			
Outros investimentos	-	(3)			
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	5.264	50.048			
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.900.470)	(2.056.568)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivo Participações S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade de capital aberto que, em 31 de dezembro de 2007, tem como controladores a Brasilcel N.V. e suas subsidiárias Portelcom Participações S.A., Sudestecel Participações Ltda., Avista Participações Ltda., TBS Celular Participações Ltda. e Tagilo Participações Ltda., que em conjunto, excluindo as ações em tesouraria, detêm 62,95% do capital total da Sociedade.

A Brasilcel N.V. é controlada em conjunto pela Telefonica S.A. (50% do capital total), pela PT Móveis, Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A. (49,999% do capital total), e pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. (0,001% do capital total).

A controlada integral Vivo S.A., explora serviços de telefonia móvel celular, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, conforme as áreas de atuação descritas a seguir:

Área de Operação	Prazo da Autorização
Áreas 1 e 2:	
São Paulo	05.08.2008
São Paulo (Ribeirão Preto, Guatapará e Bonfim Paulista)	20.01.2009
Área 3:	
Rio de Janeiro	29.11.2020
Espírito Santo	30.11.2008
Área 5:	
Paraná e Santa Catarina	08.04.2013
Área 6:	
Rio Grande do Sul	17.12.2022
Áreas 7 e 8:	
Distrito Federal	24.07.2021
Góias e Tocantins	29.10.2008
Mato Grosso	30.03.2009
Mato Grosso do Sul	28.09.2009
Rondônia	21.07.2009
Acre	15.07.2009
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	29.11.2013
Área 9:	
Bahia	29.06.2008
Sergipe	15.12.2008

As autorizações concedidas são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio, de taxas equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, e relativa à aplicação dos Planos de Serviço Básico e Alternativos. A Vivo - RJ, Vivo - RS e a Vivo - DF tiveram suas autorizações prorrogadas pelos atos nº 54.324, de 28 de novembro de 2005, nº 59.121, de 20 de junho de 2006 e nº 59.120, de 20 de junho de 2006, respectivamente.

As autorizações que estarão vencendo em 2008 já se encontram em processo de renovação junto ao órgão regulador. Os negócios da controlada, incluindo os serviços que pode prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade regulamentadora dos serviços de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares.

Em 22 de fevereiro de 2006, a Assembleia Geral aprovou a incorporação de ações da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. (“TCOO”) para conversão em subsidiária integral da Vivo Participações S.A. e a Incorporação das sociedades Tele Sudeste Celular Participações S.A. (“TSD”), Tele Leste Celular Participações S.A. (“TLE”) e Celular CRT Participações S.A. (“CRTPart”) pela Sociedade, tal como descrito no Fato Relevante datado de 04 de dezembro de 2005.

Os resultados das sociedades incorporadas de 01 de janeiro a 22 de fevereiro de 2006, foram refletidos no resultado da Sociedade como previsto no protocolo de incorporação.

Leilão das frações das ações

Em 19 e 24 de abril de 2006 foram realizados leilões na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para realocação no “Free Float” de 641.766 ações (310.366 ações ordinárias sob código VIV03 e 331.400 ações preferenciais sob código VIV04), correspondentes às frações apuradas na relação de troca das ações das companhias Tele Sudeste Celular Participações S.A., Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., Tele Leste Celular Participações S.A. e Celular CRT Participações S.A. por ações da Vivo Participações S.A., decorrentes da Reestruturação Societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de fevereiro de 2006. Os valores apurados na venda encontram-se à disposição dos acionistas detentores dessas frações em qualquer agência do Banco ABN Amro Real S.A., instituição depositária das ações escriturais da Vivo Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006					
(em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2007	2006	2007	2006

Serviços de telecomunicações	20	-	-	14.538.591	12.712.028
Vendas de mercadorias	20	-	-	3.105.703	2.742.645
Receita operacional bruta				17.644.294	15.454.673
Deduções da receita bruta	20	-	-	(5.151.800)	(4.517.959)
Receita operacional líquida				12.492.494	10.936.714
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(4.526.456)	(3.665.858)
Custo das mercadorias vendidas	21	-	-	(2.096.834)	(1.898.310)
Lucro bruto				5.869.204	5.372.546
Despesas com vendas	22	-	-	(3.532.783)	(3.751.070)
Despesas gerais e administrativas	23	(15.761)	(18.727)	(1.189.991)	(1.099.748)
Outras despesas operacionais	24	(322.812)	(315.971)	(823.641)	(812.532)
Outras receitas operacionais	24	967	68.000	324.020	493.062
Equivalência patrimonial	10	453.274	795.372	-	-
Receitas (despesas) operacionais		115.668	528.674	(5.222.395)	(5.170.288)
Lucro (prejuízo) operacional					
antes das despesas financeiras, líquidas		115.668	528.674	646.809	202.258
Despesas financeiras	25	(205.842)	(380.804)	(664.696)	(1.020.855)
Receitas financeiras	25	11.253	42.602	185.822	286.754
Variações monetária e cambial, líquidas	25	(30)	6.456	10.535	(13.884)
Lucro (prejuízo) operacional		(78.951)	196.928	178.470	(545.727)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	26	16	(125.402)	(20.810)	(2

continuação



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Acordo entre a Telefonica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefonica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefonica S.A. tem o controle compartilhado da Vivo Participações S.A., mediante sua “joint-venture” com a Portugal Telecom. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefonica S.A. não tem envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Sociedade e a TIM são transações normais do negócio de telefonia celular (operações de interconexão), as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria realizada em 21 de janeiro de 2008.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Algumas rubricas das demonstrações de resultado consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade, conforme segue:

- Reclassificação da depreciação de aparelhos em comodato: de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas com Vendas;
- Reclassificação das receitas com Incentivos Comerciais: de Outras Receitas Operacionais para Despesas com Vendas.

Contas	Demonstrações financeiras de 2006	Reclassificações	Demonstrações financeiras de 2007
Despesas com vendas	(3.787.500)	36.430	(3.751.070)
Despesas gerais e administrativas	(1.112.184)	12.436	(1.099.748)
Outras receitas operacionais	541.928	(48.866)	493.062

A conciliação entre o lucro líquido (prejuízo) da controladora e o consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Lucro líquido (prejuízo) da controladora	(78.935)	70.773
Incentivos fiscais na controlada	-	(24.162)
Doações na controlada	(13.286)	(19.254)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos na controlada	(7.170)	(11.010)
Lucro líquido (prejuízo) consolidado	<u>(99.391)</u>	<u>16.347</u>

Em atendimento à Deliberação nº 489/05, da CVM, a partir de 2006 os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa, bancos e aplicações financeiras

As disponibilidades incluem os saldos de caixa e em bancos conta movimento. Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem o valor de mercado. As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de 90 dias da data do balanço.

b) Contas a receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d) Conversão das transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela controlada em um período razoável de tempo.

f) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g) Outros ativos

Incluem os subsídios praticados nas vendas de terminais aos agentes credenciados os quais são diferidos, sendo reconhecidos no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem. Também incluem os saldos a receber de acordos comerciais que são provenientes de transações correntes entre a controlada e seus fornecedores, tendo como principais referências o volume de compras e as campanhas de marketing compartilhadas.

h) Investimentos

A participação societária permanente em controlada está registrada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis da controlada são consistentes com as adotadas pela controladora. Os demais investimentos são registrados pelo custo histórico.

i) Imobilizado e intangível

Estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação ou amortização acumulada, calculada pelo método linear, cujas taxas utilizadas estão de acordo com as expectativas de vida útil desses ativos (Notas 11 e 12). Os gastos incorridos com reparo e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos (Nota 18) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação. As benfeitorias e os melhoramentos em propriedades de terceiros são depreciados em função da vida útil estimada do bem ou o prazo dos contratos de aluguel, dos dois o menor. Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, diretamente atribuíveis ao processo de aquisição e construção, em conformidade com a Deliberação CVM nº 193, estão sendo capitalizados durante o processo de construção e expansão da rede da controlada. A alocação destes encargos financeiros ao resultado é efetuada em consonância com os prazos de depreciação dos ativos correspondentes.

j) Diferido

Gastos pré-operacionais foram registrados ao custo de formação e são amortizados pelo método linear, no prazo de dez anos.

O ágio apurado na aquisição da Ceterp Celular S.A., em 27 de novembro de 2000, a qual foi subsequentemente incorporada, está sendo amortizado pelo prazo de dez anos.

Os valores de fundo de comércio são referentes às lojas próprias, e estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos de locação.

k) Impostos, taxas e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes em cada região e, para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Sociedade e sua controlada, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrdos no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

m) Taxa fistel

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

n) Provisões para contingências

São determinadas com base em opiniões de consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

o) Planos de benefícios pós-emprego

Os passivos atuariais estão calculados com base no método do crédito unitário projetado e os ativos dos planos estão apresentados pelo valor justo de mercado. Os ganhos e perdas atuariais são registrados imediatamente no resultado do exercício. Eventuais déficits (excesso de obrigações atuariais sobre os ativos do plano) são reconhecidos ao final de cada exercício. Na ausência de perspectiva para redução de contribuições futuras, superávits não são reconhecidos (Nota 29).

p) Reconhecimento das receitas

A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida como resultado quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. As receitas de vendas de mercadorias e acessórios, efetuadas em lojas próprias, são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. Vendas realizadas através de dealers são reconhecidas como receita quando da ativação do aparelho.

q) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos e debêntures.

r) Derivativos

A Sociedade e sua controlada possuem alguns derivativos em moeda estrangeira com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio referentes a seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como resultado financeiro.

s) Participação dos empregados nos lucros e resultados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos lucros e resultados.

t) Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

u) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração prepare estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

v) Demonstração do fluxo de caixa

A Sociedade está apresentando, como informação suplementar, as demonstrações do fluxo de caixa, preparadas de acordo com a NPC20 - Demonstração de Fluxo de Caixa, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”), com liquidez imediata.

Em 31 de dezembro de 2007, a controlada possuía aplicações financeiras dadas em garantia de processos judiciais e de empréstimos e financiamentos (Nota 16e) nos montantes de R\$32.359 (R\$38.601 em 31 de dezembro de 2006) e R\$27.108 (R\$7.043 em 31 de dezembro de 2006), respectivamente.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Valores a receber de serviços a faturar		414.192	320.281
Valores a receber de serviços faturados		1.032.439	1.038.397
Valores a receber de interconexão		630.679	674.311
Valores a receber de mercadorias vendidas		446.136	281.563
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(344.701)</u>	<u>(353.306)</u>
Total		<u>2.178.745</u>	<u>1.961.246</u>

Não há cliente que represente mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de contas a receber inclui R\$269.026 (R\$545.864 em 31 de dezembro de 2006) referentes a “co-billing” com outras operadoras cujos valores foram determinados com base em termos de compromisso, uma vez que os contratos ainda não foram assinados pelas partes. Existem ainda pendências de definição de responsabilidades pelas perdas relacionadas à fraude, dependentes do órgão regulador bem como de acordo entre as partes. A Sociedade não espera perdas financeiras sobre o assunto em questão.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	2007	2006
Saldo no início do ano		353.306	249.399
Complemento de provisão (Nota 22)		365.740	720.496
Baixas e recuperações		<u>(374.345)</u>	<u>(723.931)</u>
Acervo incorporado		-	107.342
Saldo no fim do ano		<u>344.701</u>	<u>353.306</u>

6. ESTOQUES

	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Aparelhos celulares		382.410	320.162
Acessórios e outros		7.330	6.002
Simcard (chip)		24.700	-
(-) Provisão para obsolescência		<u>(37.816)</u>	<u>(44.144)</u>
Total		<u>376.624</u>	<u>282.020</u>

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1 Composição

	Controladora	31.12.07	31.12.06	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Contribuição social e imposto de renda antecipados		480.544	445.926	573.705	602.503	
Imposto de renda retido na fonte		37.214	2.017	81.368	28.145	
ICMS a recuperar		-	-	463.573	431.436	
PIS e COFINS a recuperar		28.529	28.529	241.516	307.580	
Outros a recuperar		270	242	34.870	59.928	
Total de impostos a recuperar		<u>546.557</u>	<u>476.714</u>	<u>1.395.032</u>	<u>1.429.592</u>	

	Controladora	31.12.07	31.12.06	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Contribuição social e imposto de renda diferidos		1.143	1.143	2.570.938	2.809.815	
ICMS a apropriar		-	-	82.323	48.270	
Total		<u>547.700</u>	<u>477.857</u>	<u>4.048.293</u>	<u>4.287.677</u>	
Circulante		4.696	6.520	1.614.377	1.662.739	
Não circulante		543.004	471.337	2.433.916	2.624.938	

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Crédito fiscal incorporado - reestruturação		634.405	922.140
Créditos tributários sobre provisões para: <ul style="list-style-type: none">Obsolescência Contingências Créditos de liquidação duvidosa Programa de fidelização Participação de empregados Fornecedores Operações com derivativos Depreciação acelerada Provisão para perdas em bens do ativo imobilizado Outros valores 		12.857	15.009
Prejuízo fiscal e base negativa		1.116.252	1.120.875
Total de tributos diferidos		<u>2.570.938</u>	<u>2.809.815</u>
Circulante		906.906	878.397
Não circulante		1.664.032	1.931.418

A parcela classificada no circulante refere-se à reversão de diferenças temporárias e amortização de ágio prevista para 2008.

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** serão compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios.

b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (Nota 7.2). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio em sua controlada, cujo prazo é entre 5 e 10 anos. Estudos de consultores externos utilizados nos processos de Reestruturação Societária suportam a recuperação do valor nestes prazos.

c) **Diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos, como definido pela Instrução CVM nº 371.

Em 31 de dezembro de 2007 o cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:

	Consolidado
2008	906.906
2009	468.404
2010	308.311
2011	355.926
2012	329.859
2013 em diante	201.532
Total	<u>2.570.938</u>

7.2 Benefício fiscal - Reestruturação Societária

Os ágios pagos na privatização da Sociedade e na aquisição de suas subsidiárias foram transferidos pelas sociedades adquirentes às sociedades adquiridas, conforme Instruções CVM 319, de 03 de dezembro de 1999 e 349, de 06 de março de 2001.

Anteriormente às transferências foram constituídas provisões para manutenção do patrimônio líquido da incorporada e, consequentemente, o acervo líquido incorporado representa, em essência o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos ágios incorporados.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade e sua controlada possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos, são como segue:

	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Reestruturação		Ágio	Provisão
TCC - 1ª aquisição		425.883	(281.083)
TCC - 2ª aquisição		206.106	(136.029)
TC - Privatização		611.941	(403.881)
TLE - Privatização		91.025	(60.077)
GT - Aquisição		530.939	(350.419)
Total		<u>1.865.894</u>	<u>(1.231.489)</u>

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	Consolidado	2007	2006
Resultado:			
Amortização do ágio		(881.048)	(881.048)
Reversão da provisão		593.313	590.820
Crédito fiscal		<u>287.735</u>	<u>290.228</u>
Efeito no resultado			

À medida que os benefícios fiscais sejam efetivamente realizados, o montante será incorporado ao capital em benefício dos acionistas controladores, ficando assegurado aos demais acionistas o direito de preferência.

Os recursos decorrentes do exercício de preferência serão pagos aos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro 2006, R\$305.531 referentes a benefícios fiscais realizados até 31 de dezembro de 2005 foram capitalizados, sendo R\$194.277 correspondentes a Vivo Participações S.A. com emissão de ações e R\$111.254 correspondentes a Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. sem emissão de ações.

Os benefícios fiscais realizados durante os exercícios de 2006 e de 2007 serão capitalizados no decorrer do exercício de 2008, respeitando a extensão do direito de preferência no aumento de capital em consonância com o artigo nº 171 da Lei 6.404/76.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	31.12.07	31.12.06	Consolidado	31.12.07	31.12.06
Taxa Fistel		-	-	110.304	47.277	
Aluguéis		-	-	16.459	17.007	
Propagandas a distribuir		-	-	133.324	114.927	
Encargos financeiros		2.529	3.337	2.816	3.847	
Outras		-	-	25.889	20.128	
Total		<u>2.529</u>	<u>3.337</u>	<u>288.792</u>	<u>203.186</u>	

continuação



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Tributos Correntes:				
ICMS	-	-	514.688	493.796
Imposto de renda e contribuição social	-	-	20.493	2.319
PIS e COFINS	22.945	12	122.048	71.133
FISTEL	-	-	25.689	3.420
FUST e FUNTEL	-	-	9.008	7.496
Outros impostos, taxas e contribuições	1.381	1.282	23.592	11.252
Total	24.326	1.294	715.518	589.416
Obrigações Legais (CVM 489/05):				
PIS e COFINS	-	-	7.566	56.108
CIDE	-	8	25.997	17.600
Outros impostos, taxas e contribuições	-	-	3.250	3.055
Total	-	8	36.813	76.763
Total	<u>24.326</u>	<u>1.302</u>	<u>752.331</u>	<u>666.179</u>
Circulante	24.326	1.302	570.972	453.710
Não circulante	-	-	181.359	212.469

Tributos Correntes:

Em 31 de dezembro de 2007, da parcela do não circulante, R\$168.850 (R\$151.131 em 31 de dezembro de 2006) referem-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorre sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado.

Obrigações Legais - Deliberação CVM 489/05

Compreende os tributos que se enquadram na Deliberação 489, de 03 de outubro de 2005, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que aprovou o pronunciamento do IBRACON NPC nº 22.

Para efeito das demonstrações financeiras, os montantes de depósitos judiciais dos referidos tributos, quando há, são compensados com os impostos, taxas e contribuições a pagar.

a) PIS e COFINS

A Vivo S.A. (SP), foi autuada (processo nº 19515.000.700/2003-97) por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. A discussão encontra-se aguardando julgamento de Recurso Especial na esfera administrativa. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$24.671, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tendo efetuado depósito judicial no mesmo valor.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Composição da dívida

a.1) Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Resolução 2770	US\$	1,00% a.a. a 6,24% a.a.	16/01/08 a 10/10/08	69.835	77.553	406.651	928.388
Resolução 2770	¥	0% a 4,38% a.a.	01/02/08 a 04/12/08	-	-	555.639	771.695
Resolução 2770	R\$	IGP-M + 9,45% a.a.	09/02/10	-	-	118.618	-
Banco Europeu de Investimento - BEI	US\$	1,4% a.a. + Libor a 4,47% a.a.	14/01/08 a 19/12/14	-	-	270.087	240.482
Compror	US\$	19,45% a.a.	02/01/08	-	-	13.623	33.456
Compror	¥	1,00% a.a. a 27,5% a.a.	07/01/08 a 19/08/09	-	-	490.769	131.133
Compror	EUR	5,15% a.a.	21/01/08	-	-	39.724	-
BNDES	URTJLP	TJLP + 3,5% a.a. a 4,6% a.a.	15/01/08 a 15/08/14	-	-	675.192	163.795
BNDES	UMBNDDES	3,5% a.a. a 4,6% a.a.	15/01/08 a 15/07/11	-	-	9.994	28.075
Commercial Paper	US\$	-	-	-	-	-	448.980
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	R\$	11,5% a.a.	29/01/08 a 29/01/15	-	-	164.810	-
Outros	R\$	Coluna 27 FGV	25/10/08	-	-	426	851
Aquisição de investimento - "TCO"	R\$	100% CDI + 1% a.a.	25/04/08	10.697	10.697	10.697	10.697
Juros				<u>17.097</u>	<u>10.835</u>	<u>85.298</u>	<u>82.219</u>
Total				<u>97.629</u>	<u>99.085</u>	<u>2.841.528</u>	<u>2.951.437</u>
Circulante				97.629	22.833	1.444.124	1.541.389
Não circulante				-	76.252	1.397.404	1.410.048

a.2) Debêntures

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Debêntures	R\$	103,0% CDI a 104,2% CDI	01/02/08 a 01/05/15	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Juros				<u>39.912</u>	<u>48.956</u>	<u>39.912</u>	<u>48.956</u>
Total				<u>1.539.912</u>	<u>1.548.956</u>	<u>1.539.912</u>	<u>1.548.956</u>
Circulante				539.912	48.956	539.912	48.956
Não circulante				1.000.000	1.500.000	1.000.000	1.500.000

b) Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2007, os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2009	-	360.170
2010	-	301.423
2011	-	157.578
2012	-	146.452
Após 2013	1.000.000	1.431.781
Total	<u>1.000.000</u>	<u>2.397.404</u>

c) Cláusulas restritivas

A controlada possui empréstimo e financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$685.186 (R\$191.870 em 31 de dezembro de 2006). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos pela controlada.

A controlada possui empréstimos junto ao Banco Europeu de Investimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$270.087 (R\$240.482 em 31 de dezembro de 2006). Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos pela controlada.

d) Cobertura

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade e sua controlada possuíam posições de "hedge" cambial de US\$413.420 mil, ¥66.997.370 mil e €15.265 mil (US\$837.703 mil, ¥50.892.759 mil e €1.871 mil em 31 de dezembro de 2006), para cobertura do total de suas obrigações cambiais.

Adicionalmente a Sociedade possuía operações de "swap" - CDI x Pré, para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. As operações cobertas têm seu vencimento em janeiro de 2008 e de 2009, e totalizavam R\$1.214 milhões.

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade e sua controlada tinham registrado no balanço uma perda acumulada de R\$448.392 (R\$500.514 em 31 de dezembro de 2006) nestas operações de "hedge" cambial e "swap" - CDI x Pré.

O quadro a seguir demonstra a posição líquida destas operações registradas no balanço patrimonial da Sociedade:

	Consolidado	
Descrição	31.12.07	31.12.06
Ativo circulante	916	1.298
Ativo não circulante	<u>3.835</u>	<u>135</u>
Total do ativo	4.751	1.433
Passivo circulante	(429.661)	(372.229)
Passivo não circulante	<u>(23.482)</u>	<u>(129.718)</u>
Total do passivo	(453.143)	(501.947)
Perda acumulada	<u>(448.392)</u>	<u>(500.514)</u>

e) Garantias

Em 31 de dezembro de 2007, para os empréstimos e financiamentos da controlada, em moeda local, no valor de principal de R\$849.996, sendo R\$164.810 junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, R\$675.192 junto ao BNDES (URTJLP) e R\$99.994 junto ao BNDES (UMBNDDES) foram dadas garantias conforme o quadro a seguir:

Bancos	Garantias
BNDES	<ul style="list-style-type: none">Contrato (Vivo-2007) R\$612.946: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (Vivo-"NBT/TCO") R\$3.195: 100% dos recebíveis e CDB caucionado no valor equivalente a duas parcelas a vencer. Contrato (Vivo-"GT") R\$76.826: caução de 45% dos recebíveis referente à receita de serviços. Vivo Participações é interveniente garantidora. Risco comercial garantido pelo Banco Espírito Santo, BBV, Rabobank e BBVA Portugal. Vivo Participações é fiadora no contrato de garantia prestado pelo Banco Espírito Santo. Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Vivo Participações é interveniente fiadora.
Banco Europeu de Investimento - BEI	
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	

f) Debêntures

Em 1º de agosto de 2007, ocorreu a segunda repactuação da 1ª emissão pública de debêntures composta por 5.000 (cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie sem garantia, com valor nominal unitário de R\$100 (cem mil reais) com vencimento em 1º de agosto de 2008. A repactuação deu-se em volume integral, da emissão original ocorrida em 1º de agosto de 2003 à taxa de 104,6% do CDI, concomitantemente à redução da taxa para 103% do CDI.

No âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários no valor de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais) anunciado em 20 de agosto de 2004, a Sociedade emitiu, em 01 de maio de 2005, debêntures no valor de R\$1.000.000 (hum bilhão de reais) com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 01 de maio de 2005.

A Oferta consistiu na emissão de 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinografária, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) totalizando o montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais) em duas séries, R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) na primeira série e R\$800.000 (oitocentos milhões de reais) na segunda série com vencimento final em 01 de maio de 2015. As debêntures rendem juros, com pagamentos semestrais, correspondentes a 103,3% (primeira série) e 104,2% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Lei nº 9.718/98

Em 27 de novembro de 1998, o cálculo do PIS e COFINS foi alterado pela Lei nº 9.718, a qual: i) aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3%; ii) autorizou a dedução de até 1/3 do montante da COFINS do montante da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e também; iii) aumentou indiretamente a COFINS e o PIS devidos pela subsidiária, determinando a inclusão das receitas excedentes ao faturamento em suas bases de cálculo.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09 de novembro de 2005, firmou posicionamento acerca da inconstitucionalidade das modificações na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98, objeto de inúmeras ações judiciais propostas por contribuintes em geral e pela controladora e sua controlada.

Na apreciação dos Recursos Extraordinários nºs 357.950, 390.840, 358.273 e 346.084, foi declarada a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da referida Lei, que havia determinado que essas contribuições incidiriam não apenas sobre o faturamento, mas sobre "a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas".

Por força das alterações introduzidas pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, a controlada passou a incluir as receitas excedentes ao faturamento nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Assim, a Sociedade mantém provisionados os valores relativos às receitas excedentes ao faturamento, discutidos judicialmente. Em 30 de novembro de 2007, transitou em julgado a decisão relativa a um dos casos em discussão (RE 567.584 - Vivo - RJ), resultando na reversão da provisão deste caso no montante de R\$52.109.

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade manteve contabilizado o montante de R\$9.969 (R\$58.511 em 31 de dezembro de 2006), tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$2.403.

b) CIDE

Trata-se de questionamento (administrativo e judicial) visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$70.342, em 31 de dezembro de 2007 (R\$55.466 em 31 de dezembro de 2006), tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$44.345 (R\$37.866 em 31 de dezembro de 2006).

c) Outros impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2007, a controlada manteve contabilizado o montante de R\$3.250 (R\$3.055 em 31 de dezembro de 2006), relativos a autos de infração de (i) ISS sobre serviços de locação de bens móveis, atividades meio e serviços suplementares; (ii) IRPJ sobre operações com derivativos e (iii) INSS.

A seguir, demonstramos a movimentação das obrigações legais em atendimento à Deliberação CVM 489/05:

	Obrigações legais	(-) Depósitos judiciais	Total
Saldos em 31.12.05	180.773	(49.150)	131.623
Ingressos, líquidos de reversões	(129.779)	(5.397)	(135.176)
Atualizações monetárias	14.760	-	14.760
Incorporação de empresas	75.949	(10.393)	65.556
Saldos em 31.12.06	141.703	(64.940)	76.763
Ingressos, líquidos de reversões	(35.578)	(6.479)	(42.057)
Atualizações monetárias	3.402	-	3.402
Pagamentos	(1.295)	-	(1.295)
Saldos em 31.12.07	<u>108.232</u>	<u>(71.419)</u>	<u>36.813</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Resolução 2770	69.835	77.553	406.651	928.388
Resolução 2770	-	-	555.639	771.695
Resolução 2770	-	-	118.618	-
Banco Europeu de Investimento - BEI	-	-	270.087	240.482
Compror	-	-	13.623	33.456
Compror	-	-	490.769	131.133
Compror	-	-	39.724	-
BNDES	-	-	675.192	163.795
BNDES	-	-	9.994	28.075
Commercial Paper	-	-	-	448.980
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	-	-	164.810	-
Outros	-	-	426	851
Aquisição de investimento - "TCO"	10.697	10.697	10.697	10.697
Juros	<u>17.097</u>	<u>10.835</u>	<u>85.298</u>	<u>82.219</u>
Total	<u>97.629</u>	<u>99.085</u>	<u>2.841.528</u>	<u>2.951.437</u>
Circulante	97.629	22.833	1.444.124	1.541.389
Não circulante	-	76.252	1.397.404	1.410.048

	Controladora		Consolidado	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Debêntures	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Juros	<u>39.912</u>	<u>48.956</u>	<u>39.912</u>	<u>48.956</u>
Total	<u>1.539.912</u>	<u>1.548.956</u>	<u>1.539.912</u>	<u>1.548.956</u>
Circulante	539.912	48.956	539.912	48.956
Não circulante	1.000.000	1.500.000	1.000.000	1.500.000

A remuneração das debêntures tem previsão de repactuação em 01 de maio de 2009 (primeira série) e 01 de maio de 2010 (segunda série).

Em 11 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou as seguintes condições de repactuação das debêntures de sua 1ª emissão, cujas características são: a) **Período de Vigência da Remuneração:** o novo período de vigência da remuneração (sendo este o "Terceiro Período de Vigência da Remuneração") será de 12 meses, a contar de 01 de agosto de 2007 até 01 de agosto de 2008, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remunerações ora definidas; b) **Remuneração:** durante o Terceiro Período de Vigência da Remuneração, as debêntures farão jus a uma remuneração de 103% (cento e três por cento) da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.8.1 da Escritura de 1ª Emissão; c) **Periodicidade do Pagamento da Remuneração:** durante o Terceiro Período de Vigência da Remuneração, o pagamento da remuneração será realizado nos dias 01 de fevereiro de 2008 e 01 de agosto de 2008, até a data de encerramento do Terceiro Período de Vigência da Remuneração, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de fevereiro de 2008; e d) **Garantia:** a garantia constituída pela fiança concedida pela Vivo S.A. ("Garantidora") permanecerá inalterada para o novo período da remuneração.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade e sua controlada são partes em demandas judiciais que geram contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

A composição dos saldos das provisões é como segue:

	Consolidado		31.12.07	31.12.06
	Provisões	(-) Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Tributárias	6.752	-	6.752	2.942
Cíveis	190.714	(39.717)	150.743	102.541
Trabalhistas	<u>62.275</u>	<u>(20.366)</u>	<u>41.909</u>	<u>41.140</u>
Total	<u>259.741</u>	<u>(60.337)</u>	<u>199.404</u>	<u>146.623</u>
Circulante	-	-	81.395	61.911
Não circulante	-	-	118.009	84.712

A movimentação das provisões para contingências líquidas, para os exercícios findos em 31 de dezembro, é como segue:

Saldo no início do ano	146.623	212.784
Constituição de provisões, líquida de reversões (Nota 24)	184.594	109.550
Variação monetária	1.468	8.837
Pagamentos	(128.400)	(220.434)
Acervo incorporado	-	78.064
Aumento de depósitos judiciais	<u>(4.881)</u>	<u>(42.178)</u>
Saldo no fim do ano	<u>199.404</u>	<u>146.623</u>

continuação



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Serviços a prestar pré-pago	-	-	336.320	177.917
Provisão programa de fidelização (a)	-	-	76.337	65.004
Obrigações com empresas do grupo	168	619	847	2.099
Provisão para fundo de pensão	-	-	3.960	17.447
Grupamento de ações (b)	74.978	76.071	116.807	117.945
Provisão para desmobilização de ativos (c)	-	-	145.947	129.907
Outras	14.998	320	62.104	9.530
Total	90.144	77.010	742.322	519.849
Circulante	89.824	76.690	546.169	386.422
Não circulante	320	320	196.153	133.427

(a) A controlada possui programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

(b) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Sociedade e de sua controlada.

(c) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de ter que se devolver aos proprietários os “sites” (localidades destinadas a instalações de rádios base - ERB da controlada) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação dos mesmos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2006, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade mediante absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$3.147.782. Na mesma assembléia foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$1.068.839 em função da incorporação de ações da “TCO”, e no montante de R\$1.562.298, decorrente da incorporação da “TSD”, “TLE” e “CRTPart” (Nota 1). O Capital Social passou de R\$6.670.152 para R\$6.153.507 representado por 1.426.412.217 ações, sendo 509.226.137 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, incluindo neste total 4.494.900 ações preferenciais em tesouraria.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 08 de junho de 2006, foi homologado o aumento de capital social no montante de R\$194.277, sendo R\$193.837 decorrente da capitalização da parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício fiscal gerado no exercício de 2005, em decorrência de processos de Reestruturações Societárias, envolvendo a Sociedade e suas incorporadas, controladas e controladoras e R\$440 correspondentes a saldos remanescentes de exercícios anteriores. O capital social da Sociedade passou de R\$6.153.507 para R\$6.347.784 representado por 1.442.117.745 ações, sendo 524.931.665 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é composto por ações sem valor nominal como segue:

	Lote de mil ações
Ações ordinárias	524.932
Ações preferenciais	917.186
Total	1.442.118

b) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., com prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, equivalentes ao maior entre: b.1) 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou;

b.2) 3% (três por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações da Sociedade, bem como direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido para as ações preferenciais. Desde a Assembléia Geral Ordinária de 27 de março de 2004, as ações preferenciais passaram a deter direito de voto pleno, por não terem sido pagos dividendos mínimos das ações preferenciais por três anos consecutivos, de acordo com o Artigo 111, em seu parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 15 de março de 2007, foi aprovado o pagamento de dividendos sobre o resultado do exercício de 2006 aos detentores de ações preferenciais. No entanto o valor aprovado foi inferior ao valor mínimo estatutário, necessário para retirar o direito de voto das ações preferenciais; e b.3) Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados pelos acionistas, prescrevem em 03 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, conforme art. 287, inciso II, item a), da Lei 6.404/76.

c) Reservas de Capital

c.1) Ágio na Emissão de Ações

Esta reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

c.2) Reserva Especial de Ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência dos processos de Reestruturação Societária descritas na Nota 7.2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício deste direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº319/99.

c.3) Incentivos Fiscais

Representa os valores de aplicações em incentivos fiscais.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias, conforme o disposto no Art. 193 da Lei 6.404/76.

d.2) Reserva para Expansão

A reserva para expansão foi constituída visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e do saldo da conta de lucros acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Esta reserva é suportada por orçamento de capital aprovado em assembléia de acionistas.

d.3) Reserva de Contingências e Ações em Tesouraria

Os valores registrados são oriundos do processo de cisão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, e tem por finalidade garantir eventual decisão judicial acerca de ações judiciais sobre capitalizações de exercícios sociais de 1996 e de 1997 ocorridas naquela empresa.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2007	2006
Assinatura e utilização	7.863.652	7.190.811
Interconexão	5.109.277	4.338.094
Serviços de dados e SVAs	1.330.552	970.352
Outros serviços	235.110	212.771
Receita bruta de serviços de telecomunicações	14.538.591	12.712.028
ICMS	(2.447.298)	(2.240.008)
PIS e COFINS	(521.963)	(457.026)
ISS	(5.893)	(3.124)
Descontos concedidos	(474.139)	(451.657)
Receita operacional líquida de serviços de telecomunicações	11.089.298	9.560.213
Receita bruta de venda de mercadorias	3.105.703	2.742.645
ICMS	(242.994)	(230.197)
PIS e COFINS	(167.791)	(163.769)
Descontos concedidos	(1.144.698)	(832.193)
Devolução de vendas	(147.024)	(139.985)
Receita operacional líquida da venda de mercadorias	1.403.196	1.376.501
Total da receita operacional líquida	12.492.494	10.936.714

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, exceto quanto a Telecomunicações de São Paulo S.A. -TELESP, operadora de telefonia fixa no Estado de São Paulo, que contribuiu com aproximadamente 10,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Os montantes envolvidos referem-se, principalmente, à interconexão.

21. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2007	2006
Pessoal	(102.941)	(88.709)
Materiais	(5.227)	(11.592)
Serviços de terceiros	(425.753)	(369.953)
Meios de conexão	(226.190)	(222.542)
Aluguéis, seguros e condomínios	(209.923)	(206.788)
Interconexão	(1.618.992)	(784.992)
Impostos, taxas e contribuições	(498.801)	(517.490)
Depreciação e amortização	(1.378.923)	(1.327.454)
Outros insumos	(60.482)	(136.338)
Custo dos serviços prestados	(4.526.456)	(3.665.858)
Custo das mercadorias vendidas	(2.096.834)	(1.898.310)
Total	(6.623.290)	(5.564.168)

22. DESPESAS COM VENDAS

	Consolidado	
	2007	2006
Pessoal	(302.310)	(302.229)
Materiais	(43.743)	(39.200)
Serviços de terceiros	(1.635.977)	(1.614.256)
Publicidade	(323.660)	(320.186)
Fidelização de clientes	(310.856)	(220.360)
Aluguéis, seguros e condomínios	(66.439)	(60.772)
Impostos, taxas e contribuições	(2.320)	(2.669)
Depreciação e amortização	(457.166)	(410.314)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(365.740)	(720.496)
Outros insumos	(24.572)	(60.588)
Total	(3.532.783)	(3.751.070)

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Pessoal	(2.185)	(4.117)	(266.462)	(255.719)
Materiais	-	-	(6.377)	(13.769)
Serviços de terceiros	(13.485)	(14.248)	(529.091)	(425.211)
Aluguéis, seguros e condomínios	(1)	(65)	(79.510)	(92.195)
Impostos, taxas e contribuições	(29)	(51)	(3.519)	(4.627)
Depreciação e amortização	(53)	(103)	(291.328)	(297.011)
Outros insumos	(8)	(143)	(13.704)	(11.216)
Total	(15.761)	(18.727)	(1.189.991)	(1.099.748)

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas:				
Multas	-	-	67.559	88.842
Despesas recuperadas	724	67.492	180.682	293.206
Reversão de provisões	243	300	12.211	29.065
Infra-estrutura compartilhada e EILD	-	-	52.764	58.119
Outras	-	208	10.804	23.830
Total	967	68.000	324.020	493.062
Despesas:				
FUST	-	-	(60.682)	(53.549)
FUNTTEL	-	-	(30.376)	(26.818)
ICMS sobre outros gastos	-	-	(60.387)	(71.820)
CIDE	-	-	(17.025)	(8.689)
PIS e COFINS	(95)	(4.488)	(51.979)	(43.947)
Outros impostos, taxas e contribuições	(278)	(165)	(15.945)	(14.924)
Provisão para contingências	(961)	(377)	(196.805)	(138.615)
Amortização do diferido	-	-	(46.860)	(47.619)
Amortização do ágio	(380.746)	(379.788)	(380.746)	(381.061)
Realização da provisão para perdas em investimentos	69.070	69.074	69.070	69.074
Outras	(9.802)	(227)	(31.906)	(94.564)
Total	(322.812)	(315.971)	(823.641)	(812.532)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006

Receitas financeiras:				
Receitas de operações financeiras	34.101	42.602	208.670	286.805
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (a)	(22.848)	-	(22.848)	(51)
Total	11.253	42.602	185.822	286.754

Despesas financeiras:				
Operações com derivativos	(6.569)	(110.076)	(222.437)	(427.385)
Empréstimos	(185.886)	(260.289)	(305.407)	(397.164)
Outras operações financeiras	(13.387)	(10.439)	(136.852)	(196.306)
Total	(205.842)	(380.804)	(664.696)	(1.020.855)

Variações monetárias e cambiais:

De ativos				
Operações com derivativos	-	(11.141)	11.626	(49.640)
De passivos				
Operações com derivativos	(13.393)	(113.416)	(298.604)	(287.239)
Empréstimos	13.352	130.349	296.138	334.978
Outras operações	11	664	1.375	(11.983)
Total	(30)	6.456	10.535	(13.884)

(a) O valor demonstrado em 2007, refere-se ao PIS e a COFINS incidentes sobre os juros sobre o capital próprio recebidos de sua controlada no montante de R\$247.000.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006

Receitas:				
Alienação de ativo imobilizado	53	12	5.264	50.048
Outras	-	16	43	259
Total	53	28	5.307	50.307

Despesas:				
Provisão para perdas e alienação de bens do ativo imobilizado	(34)	(19)	(25.792)	(326.815)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	(671)
Outras	(3)	(125.411)	(325)	(11.791)
Total	(37)	(125.430)	(26.117)	(339.277)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade e sua controlada provisionam as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, conforme Nota 7. A seguir, a composição do débito com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Alienação de ativo imobilizado	53	12	5.264	50.048
Outras	-	16	43	259
Total	53	28	5.307	50.307

Despesa de imposto de renda
Despesa de contribuição social
Imposto de renda diferido
Contribuição social diferida
Total

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados, eliminando os efeitos do benefício fiscal do ágio, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(78.935)	71.526	157.660	(834.697)
Crédito (débito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	26.838	(24.319)	(53.604)	283.797

Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis - amortização de ágio	(105.970)	(105.643)	(105.970)	(106.076)
Outras despesas não dedutíveis	-	(40.328)	(104.575)	(174.403)
Outras adições	-	(3.984)	(1.870)	(144.284)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	70.133	270.427	-	-
Outras exclusões	11.819	11.706	11.843	34.604
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(2.820)	(108.612)	(2.875)	(108.612)
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas em exercícios anteriores	-	-	-	1.073.986
Crédito (débito) tributário	-	(753		

continuação



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) Conciliação dos Ativos e Passivos

	2007						Consolidado	
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	2007	2006
	<u>(i)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(i) (ii)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(ii)</u>		
Total do passivo atuarial	652	6.100	23.778	25.780	3.220	42.599	5.139	
Valor justo dos ativos	-	(2.792)	(33.648)	(41.812)	(7.847)	(59.623)	(24.073)	
Passivo (ativo) líquido	<u>652</u>	<u>3.308</u>	<u>(9.870)</u>	<u>(16.032)</u>	<u>(4.627)</u>	<u>(17.024)</u>	<u>(18.934)</u>	
	2006							
	PAMA (i)	PBS (ii)	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão		
	<u>(i)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(i) (ii)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(ii)</u>	<u>(ii)</u>		
Total do passivo atuarial	5.401	22.545	24.915	3.632	43.006	5.912		
Valor justo dos ativos	(2.892)	(30.304)	(36.858)	(9.094)	(60.095)	(23.128)		
Passivo (ativo) líquido	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>		

i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos do plano multipatrocinado - PAMA e PBS-A;

ii) Embora o PBS, PBS-A, TCP Prev, TCO Prev e Visão estejam superavitários em 31 de dezembro de 2007, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit.

2) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Vivo Prev	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
(Ativo) passivo líquido em 31.12.06	-	2.509	(7.759)	(11.943)	(5.462)	(17.089)	(17.216)	
Despesa (receita) reconhecida no resultado	-	263	(1.447)	(2.280)	(248)	(1.601)	(1.511)	
Contribuição da patrocinadora	-	(2)	(10)	-	-	(1.540)	(659)	
(Ganhos) ou perdas atuariais	652	538	(654)	(1.809)	1.083	3.206	452	
(Ativo) passivo líquido em 31.12.07	<u>652</u>	<u>3.308</u>	<u>(9.870)</u>	<u>(16.032)</u>	<u>(4.627)</u>	<u>(17.024)</u>	<u>(18.934)</u>	

3) Movimentação do passivo atuarial

	Vivo Prev	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
Passivo atuarial em 31.12.06	-	5.401	22.545	24.915	3.632	43.006	5.912	
Custo do serviço corrente	-	18	25	-	501	836	941	
Juros sobre o passivo atuarial	-	542	2.222	2.455	345	4.338	567	
Benefícios pagos	-	(311)	(2.317)	(1.945)	-	(1.008)	(240)	
(Ganhos) perdas atuariais	652	450	1.303	355	(1.258)	(4.573)	(2.041)	
Passivo atuarial em 31.12.07	<u>652</u>	<u>6.100</u>	<u>23.778</u>	<u>25.780</u>	<u>3.220</u>	<u>42.599</u>	<u>5.139</u>	

4) Movimentação dos ativos dos planos

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
Valor justo dos ativos em 31.12.06	(2.892)	(30.304)	(36.858)	(9.094)	(60.095)	(23.128)	
Benefícios pagos	311	2.317	1.945	-	1.008	240	
Contribuições da patrocinadora e participantes	(2)	(231)	(7)	-	(1.572)	(679)	
Rendimentos ativos do plano	(297)	(3.685)	(4.735)	(1.094)	(6.775)	(2.897)	
Ganhos (perdas) sobre ativos	88	(1.745)	(2.157)	2.341	7.811	2.391	
Valor justo dos ativos em 31.12.07	<u>(2.792)</u>	<u>(33.648)</u>	<u>(41.812)</u>	<u>(7.847)</u>	<u>(59.623)</u>	<u>(24.073)</u>	

5) Despesas (receitas) em 2007

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
Custos dos serviços	18	25	-	501	836	941	
Custos dos juros sobre obrigações atuariais	542	2.222	2.455	345	4.338	567	
Rendimentos esperado dos ativos	(297)	(3.685)	(4.735)	(1.094)	(6.775)	(2.897)	
Contribuições dos empregados	-	(9)	-	-	-	(122)	
Total	<u>263</u>	<u>(1.447)</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(248)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(1.511)</u>	

6) Despesas (receitas) previstas para 2008

	Vivo Prev	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
Custos dos serviços	135	20	24	-	425	692	684	
Custos dos juros sobre obrigações atuariais	65	644	2.467	2.672	322	4.510	519	
Rendimentos esperados dos ativos	-	(257)	(3.602)	(4.460)	(859)	(6.529)	(2.646)	
Contribuições dos empregados	-	-	(9)	-	-	(28)	(15)	
Total	<u>200</u>	<u>407</u>	<u>(1.120)</u>	<u>(1.788)</u>	<u>(112)</u>	<u>(1.355)</u>	<u>(1.458)</u>	

	Vivo Prev	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão	
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%	
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,00%	9,61%	10,99%	10,92%	11,00%	11,00 %	10,99%	

Taxa de crescimento salarial futuro	6,59%	N/A	6,59%	N/A	6,59%	6,59%	6,59%	
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa de crescimento dos benefícios	4,5%	N/A	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	

Tábua de mortalidade	segregada	segregada	segregada	segregada	segregada	segregada	segregada	
	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	
	Mercer	Mercer	N/A	Mercer	Mercer	Mercer	Mercer	
	Disability	Disability	Disability	Disability	Disability	Disability	Disability	

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

a) **Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de rede**: essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP e controladas.

Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN em “roaming” na rede da Sociedade.

b) **Assistência técnica**: refere-se à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS e assistência técnica pela Telefonica S.A., Telefonica International S.A., calculada com base em uma fórmula prevista nos contratos que inclui a variação do LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda) e a variação das ações PN’s e ON’s, que determinam um coeficiente que é aplicado sobre as receitas de serviços. No caso da operação da filial do Rio Grande do Sul, seu contrato prevê apenas um % fixo sobre a receita de serviços.

c) **Prestação de serviços corporativos**: os quais são repassados à controlada pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

d) **Prestação de serviços de tele-atendimento**: pela Atento Brasil S.A. e Mobitel S.A. - Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações da controlada, contratado por 12 meses renováveis por igual período.

e) **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas**: pela Portugal Telecom Inovação Brasil S.A. e Telefonica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda.

f) **Serviços de operador logístico e assessoria contábil financeira**: pela Telefonica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

g) **Serviços de provedor de conteúdo portal de voz**: pela Terra Networks Brasil S.A.

h) **Serviços de roaming internacional**: pela Telefonica Móviles España S.A. e Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	Consolidado	
	31.12.07	31.12.06

Ativo:		
Contas a receber, líquidas	189.011	180.228
Créditos com empresas do grupo	10.661	4.167
Passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	263.860	215.737
Assistência técnica	189.696	84.252
Obrigações com empresas do grupo	847	2.099

Resultado:	Consolidado	2007	2006
Receitas de serviços de telecomunicações			
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	1.684.492	1.610.763	
Telefonica S.A.	1.424	-	
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN	225	-	
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.686.141</u>	<u>1.610.763</u>	
Despesas:			
Custo dos serviços prestados:			
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	(121.930)	(134.154)	
Telefonica Empresas Brasil S.A.	(5.361)	(3.863)	
Telefonica Moviles Espaná S.A.	(1.558)	(36)	
Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda.	(982)	(1.995)	
Primesys Soluções Empresariais S.A.	(188)	(397)	
Saldo em 31 de dezembro	<u>(130.019)</u>	<u>(140.445)</u>	

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA Diretor Presidente e Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação	LUÍS MIGUEL GILPÉREZ LÓPEZ Presidente	MEMBROS EFETIVOS CLÁUDIO JOSÉ CARVALHO DE ANDRADE Representante dos Preferencialistas FABIANA FAÉ VICENTE RODRIGUES PAULA BRAGAÇA FRANÇA MANSUR
ERNESTO GARDELLIANO Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle	JOÃO PEDRO AMADEU BAPTISTA Vice-Presidente	MEMBROS SUPLENTEs DANIEL VIDAL DE ALMEIDA Representante dos Preferencialistas JOÃO RENATO PIERRE NORAIR FERREIRA DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores	FELIX PABLO IVORRA CANO SHAKHAF WINE IGNACIO ALLER MALLO	CONTADOR CARLOS CESAR MAZUR CRC - SP-1PR028067/0-9/S/SP
PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA Vice-Presidente Executivo de Operações	RUI MANUEL DE M. D'ESPINEY PATRICIO ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA LUIZ KAUFMANN JOSÉ GUIMARÊS MONFORTE	
JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA Vice-Presidente de Redes e Tecnologia		
SERGIO ASSENÇO TAVARES DOS SANTOS Vice-Presidente de Regulamentação		

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o Parecer do Conselho Fiscal a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de 2008.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Vivo Participações S.A.**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o Parecer sem ressalvas da auditoria independente, Ernst & Young emitido

em 08 de fevereiro de 2008, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2007 e do Orçamento de Capital para o exercício de 2008 emitidos nesta data, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, pelo que recomendam a sua aprovação, sem ressalvas, pela Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas que vier a ser realizada com esse propósito, nos termos da Lei das S.A.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Vivo Participações S.A.**

1. Examinamos o balanço patrimonial da Vivo Participações S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Vivo Participações S.A. e empresa controlada, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresa controlada; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;

e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresa controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nosso opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vivo Participações S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Vivo Participações S.A. e empresa controlada em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Vivo Participações S.A. e empresa controlada, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas,

Resultado:

Outras despesas operacionais:

Atento Brasil S.A. (242.767) (253.563)

Mobitel S.A. - Dedic (221.298) (249.566)

Telefonica Serviços Empresariais do Brasil Ltda. (48.798) (25.601)

Terra Networks Brasil S.A. (1.957) (597)

Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda. (4.931) (4.272)

T International Wholesale S.A. (290) (382)

Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (40) (70)

Telefonica Empresas S.A. (4.479) (9.671)

Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp (68.660) (51.613)

Portugal Telecom SGPS S.A. (71.647) (21.085)

Telefonica S.A. (59.912) (24.611)

TBS Celular Participações Ltda. (11.644) (10.141)

Telefonica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda (935) (772)

Primesys Soluções Empresariais S.A. (110) (1.039)

Telefonica Comunicaciones Personales S.A. - UNIFON - (168)

Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda. (2)

Saldo em 31 de dezembro (737.468) (653.153)

Outras receitas operacionais:

Portugal Telecom SGPS S.A. 9.457 11.879

Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp 6.964 7.540

Telefonica Empresas S.A. 5.081 4.752

Telefonica S.A. 3.133 35.417

Telefonica Serviços Empresariais do Brasil Ltda. 691 30

Primesys Soluções Empresariais S.A. - (2.280)

Telefonica Móviles Chile S.A. (23)

Saldo em 31 de dezembro 25.326 61.921

Receitas financeiras líquidas:

Telefonica S.A. 5.745 1.198

Telefonica International S.A. 2.837 1.804

Portugal Telecom SGPS S.A. 1.460 396

Primesys Soluções Empresariais S.A. 169 -

Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (47)

Saldo em 31 de dezembro 10.211 3.445

Receitas não operacionais:

Telefonica Serviços Empresariais do Brasil Ltda. 50 29

Primesys Soluções Empresariais S.A. (33)

Saldo em 31 de dezembro 50 62

31. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2007 e de 2006, os honorários dos administradores totalizavam R\$6.173 e R\$8.557 no consolidado e R\$1.623 e R\$3.255 na controladora, respectivamente, e foram apropriados como despesa.

32. SEGUROS (CONSOLIDADO) - (NÃO AUDITADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

A Sociedade e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade e sua controlada possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Sociedade e sua controlada entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas
Riscos Operacionais	R\$14.087.406
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$5.564
Automóvel (Frota de veículos Executivos)	Casco: 100% da Tabela Fipe; Danos Materiais/Corporais e Morais R\$220

33. PROGRAMA DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS (“ADRs”)

Em 16 de novembro de 1998, a Sociedade iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de valores de Nova York (NYSE) sob código “TCP” e desde 31 de março de 2006 sob o código “VIV” (conforme Assembleia Geral Extraordinária de 22 de fevereiro de 2006), que possui as seguintes principais características: